

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS – CECEN
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE HISTÓRIA LICENCIATURA

ELLEN VANESSA CUTRIM DOS SANTOS

Perón e o Peronismo na revista *Tercer Mundo* (1974-1976)

SÃO LUÍS - MA

2025

ELLEN VANESSA CUTRIM DOS SANTOS

Perón e o Peronismo na revista *Tercer Mundo* (1974-1976)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão para o grau de licenciatura em História.

Orientadora: Profa. Dra. Carine Dalmás

SÃO LUÍS - MA

2025

Santos, Ellen Vanessa Cutrim dos.

Perón e o peronismo na revista Tercer Mundo (1974-1976) / Ellen Vanessa Cutrim dos Santos. – São Luís, 2025.

55 f.

Monografia (Graduação) – Curso de História. Universidade Estadual do Maranhão, 2025.

Orientadora: Profa. Dra. Carine Dalmás.

1. Revista Tercer Mundo. 2. Juan Perón. 3. Terceiro Mundo. I. Título.

CDU 323(82)“1974/1976”:050

ELLEN VANESSA CUTRIM DOS SANTOS

**JUAN DOMINGOS PERÓN E O PERONISMO NA REVISTA TERCER MUNDO
(1974 -1976)**

Monografia apresentada junto ao curso de Licenciatura
em História da Universidade Estadual do Maranhão para
obtenção de grau de Licenciatura em História

Aprovada em 11/12/2025

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **CARINE DALMAS**
Data: 05/01/2026 10:47:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Carine Dalmás (Orientadora)

Universidade Estadual do Maranhão

Documento assinado digitalmente
 **LIDIANE ELIZABETE FRIDERICHS**
Data: 05/01/2026 10:41:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Lidiane Friderichi

Documento assinado digitalmente
 **FABIO HENRIQUE MONTEIRO SILVA**
Data: 05/01/2026 08:30:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professor Dr. Fabio Henrique Monteiro Silva

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que, nos dias difíceis, marcados por lágrimas, incertezas e noites silenciosas, sustentou minha força e iluminou meu caminho. Nos momentos de alegria, esteve igualmente presente, renovando minha esperança e me guiando até este importante marco da minha vida acadêmica.

Expresso minha gratidão à minha família, que sempre foi meu porto seguro. De maneira especial, à minha mãe Enilde Gomes e à minha irmã Viviane Cutrim, cujo apoio incondicional me acompanhou desde o instante em que escolhi seguir o caminho da licenciatura. Obrigada por acreditarem em mim quando eu mesma duvidei, por me erguerem nos tropeços e por serem meus verdadeiros pilares, minha sustentação e meu lar. Registro também minha profunda gratidão ao meu namorado e companheiro, Jônatas Faia, pelo incentivo constante, pela paciência diante das minhas oscilações de humor e por me oferecer abrigo nos dias de tristeza. Obrigada por ser presença, cuidado e acolhimento.

À minha orientadora, Dra. Carine Dalmás, deixo meu reconhecimento e admiração. Sua sensibilidade, competência e dedicação foram fundamentais para a fundamentação desta pesquisa e para a condução de todo o processo de escrita. Agradeço por ser inspiração como profissional e como pessoa.

Meus agradecimentos se estendem ainda aos meus amigos, que, de diferentes maneiras, me ajudaram a permanecer firme nesta jornada, também serei grata às minhas parceiras de trabalho, cuja dedicação, incentivo e colaboração foram fundamentais ao longo do processo de estudo e na realização deste projeto.

Por fim, agradeço à Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) pelas oportunidades proporcionadas e por incentivar a pesquisa, abrindo portas para o conhecimento e para a formação de futuros profissionais comprometidos com a educação.

A todos que fizeram parte desta trajetória, deixo minha sincera e eterna gratidão.

“O correr da vida embrulha tudo,
a vida é assim: esquenta e esfria,
aperta e daí afrouxa,
sossega e depois desinquieta.
O que ela quer da gente é coragem”

(Guimarães Rosa)

RESUMO

Esta monografia analisa como as realizações e o legado do presidente argentino Juan Domingos Perón foi abordado na Revista *Tecer Mundo* no período compreendido entre 1974-1975. Centramo-nos na primeira fase de publicação da revista que se desenvolveu a partir de Buenos Aires e acompanhou o desfecho do último governo de Juan Domingos Perón. Com base nos textos encontrados do periódico, orientamos a revisão bibliográfica que abre o trabalho e exploramos as linhas que tratavam sobre o peronismo e seus acontecimentos relacionados especialmente em sua fase final, a interpretação dos colaboradores aos desdobramentos do governo com tensões políticas e sociais, a compreensão dos autores para explicar a instabilidade para condução de um projeto nacional relacionado a Juan Perón. Além disso, ressaltamos a relevância da revista como fonte de pesquisa privilegiada para a compreensão da circulação das ideias do Terceiro mundo na América Latina no século XX, a abordagem da revista tornou-se uma fonte enriquecida para a interpretação do ciclo peronista interpretada por autores defendiam novas alternativas de fontes informativas.

Palavras-chave: Revista *Tecer Mundo*, Juan Perón e Terceiro Mundo.

RESUMEN

Esta monografía analiza cómo las realizaciones y el legado del presidente argentino Juan Domingo Perón fueron abordados en la revista *Tercer Mundo* durante el período comprendido entre 1974 y 1975. Nos centramos en la primera fase de publicación del periódico, desarrollada en Buenos Aires, la cual acompañó el desenlace del último gobierno de Juan Domingo Perón. A partir de los textos encontrados en la revista, orientamos la revisión bibliográfica que abre el trabajo y exploramos los artículos que trataban sobre el peronismo y los acontecimientos vinculados a su fase final, así como las interpretaciones de los colaboradores respecto a los desdoblamientos del gobierno, marcados por tensiones políticas y sociales. También analizamos cómo los autores procuraron explicar la inestabilidad del período y sus efectos sobre la posibilidad de conducir un proyecto nacional relacionado con Perón. Además, destacamos la relevancia de la revista como una fuente privilegiada para comprender la circulación de las ideas del Tercer Mundo en América Latina durante el siglo XX. Su enfoque la convierte en un material enriquecedor para interpretar el ciclo peronista desde la perspectiva de autores que defendían nuevas alternativas de producción y difusión de información.

Palabras clave: Revista *Tercer Mundo*, Juan Perón y Tercer Mundo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - O discurso de Perón sobre o Projeto Nacional.....	30
Figura 2 - Capa da revista Tercer Mundo, 1974	33
Figura 2- - A última aparição pública de Perón	34

LISTA DE TABELA

Tabela 1 Artigos da Revista Tercer Mundo (1974–1975).....	31
--	-----------

LISTA DE SIGLAS

PAN	Partido Autonomista Nacional
MNA	Movimento dos Países Não Alinhados
NOII	Nova Ordem Informativa Internacional
CGT	Confederação General do Trabalho
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
OEA	Organização dos Estados Americanos
AAA	Alianza Anticomunista Argentina
ATLAS	Aliança de Trabalhadores Latino-Americanos Sindicalistas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. Governos de Juan Domingo Perón e o peronismo na Argentina: História e historiografia 15	
2. Terceiro Mundo e o Terceiro Mundismo	24
3. O PERONISMO NA REVISTA <i>TECER MUNDO</i> (1974-1976).....	32
3.1 A INTERPRETAÇÃO DA TERCER MUNDO SOBRE O RETORNO DE PERÓN NA REVISTA	34
3.2 A POLÍTICA DO TERCEIRO GOVERNO PERONISTA.....	37
3.3 A VISÃO DE PERÓN NA TERCER MUNDO	41
3.4 A CONSTRUÇÃO DE UMA BASE OPERÁRIA	44
3.5 A CRISE DA VERTICALIDADE PERONISTA.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	51

INTRODUÇÃO

O peronismo emergiu na Argentina como um governo capaz de reorganizar as relações entre Estado, sociedade e mundo do trabalho, estabeleceu uma política de massas, constituiu-se como um projeto político que redefiniu a cidadania ao incorporar amplos setores operários, transformando suas demandas em políticas concretas de bem-estar.

Como observa Carlos Altamirano (2011), essa experiência combinou inclusão popular e centralização autoritária do poder, revelando a tensão estrutural entre mobilização social e controle estatal. A ascensão de Perón, marcada pela criação da Secretaria de Trabalho e Previdência, representou a institucionalização dessas mudanças, ao converter reivindicações históricas dos trabalhadores em legislação trabalhista e instrumentos de mediação política. Dessa forma, o peronismo se consolidou como força estruturante da vida política argentina, articulando justiça social, liderança carismática e mecanismos de centralização administrativa.

Os governos de Juan Domingo Perón, embora constituídos por fases distintas, compõem um processo contínuo de reconfiguração das relações entre Estado, classe trabalhadora e poder político na Argentina (Donghi, 1998). Nesse mesmo sentido, José Murilo de Carvalho (2002) destaca que projetos políticos baseados na ampliação de direitos sociais podem, simultaneamente, reforçar práticas de tutela estatal e mecanismos de centralização do poder, revelando a tensão permanente entre inclusão e controle presente em movimentos populistas latino-americanos. De acordo com isso, essa instabilidade se tornou ainda mais evidenciadas, marcadas por tensões político-sociais no início dos anos 1950 e, posteriormente, durante o retorno de Perón após 18 anos de exílio, o país vivenciava um cenário com diferentes conflitos entre os grupos sociais. O último mandato de Perón é marcado pela violência política e pela polarização ideológica, buscou restaurar a ordem por meio de um projeto de posição, apresentado como alternativa ao liberalismo econômico e ao socialismo revolucionário em plena Guerra Fria, uma tentativa interpretada por Loris Zanatta (2016) como parte da tradição peronista de formular blocos hegemônicos autônomos.

Foi no contexto político do último governo de Juan Domingo Perón que a revista *Tercer Mundo* foi lançada na Argentina, em 1974, por um grupo de jornalistas latino-americanos exilados em Buenos Aires. A publicação assumiu uma proposta abertamente terceiro-mundista e não alinhada aos blocos hegemônicos da Guerra Fria, o capitalismo liderado pelos Estados

Unidos e o socialismo sob a órbita soviética, defendendo a autonomia política, econômica e cultural dos países do chamado Terceiro Mundo.

Desde o primeiro número a revista funcionou como um espaço de convergência das vozes terceiro-mundistas, denunciando as desigualdades globais e articulando um discurso crítico à dominação econômica e cultural dos países centrais (Dalmás; Corrêa, 2025).

A revista *Tercer Mundo* é o suporte da fonte primária dessa pesquisa. Sua primeira edição foi publicada em 1974, durante o terceiro governo de Juan Domingo Perón. Entre 1974 e 1976, foram lançadas nove edições, reunindo análises sobre América Latina, África e Ásia, denunciando as relações de dependência e promovendo uma leitura crítica do sistema internacional. Essa orientação dialogava diretamente com a análise de Amorim (2010), que define o impulso autonomista do Terceiro Mundo como ancorado na busca por alternativas ao alinhamento automático às grandes potências no contexto da Guerra Fria.

As primeiras edições contaram com a participação do jornalista e político brasileiro Neiva Moreira, do jornalista argentino Pablo Piacentini e da editora Julia Constenla, que atuaram na conformação do projeto editorial e intelectual da revista.

A escolha da revista como fonte de análise fundamenta-se em seu papel singular na produção e circulação de discursos político-culturais vinculados ao peronismo. Em meio à efervescência política argentina da década de 1970, a *Tercer Mundo* (1974-1976) constituiu um espaço de discussão sobre o projeto político peronista então marcado por tensões e instabilidades. Especialmente após sua morte, em julho de 1974, e com o início da administração de sua esposa, Isabel Perón, intensificaram-se os conflitos entre os grupos internos, a fragmentação do peronismo e a ascensão de forças opositoras.

A *Tercer Mundo* circulou até 1976, quando em sua nona edição a publicação foi retomada no México com a denominação de Cuadernos del Tercer Mundo. Esta nova fase ganhou traduções para o português e o inglês e foi publicada em países europeus e africanos. Na década de 1980 a sede principal da revista foi transferida para o Rio de Janeiro, onde permaneceu ativa até 2005.

A análise dos números da *Tercer Mundo* revelou como os editores da revista estabeleceram relações entre as experiências peronistas na Argentina e o terceiro-mundismo. O objetivo dessa análise é explorar os argumentos que embasaram essa relação no intuito de contribuir para a compreensão da leitura difundida pela revista sobre essa experiência político-ideológica que marcou profundamente a história argentina no século XX.

A historiadora Tânia Regina (2005), fornece importante orientação metodológica para o estudo dos impressos, destacando que periódicos e jornais devem ser compreendidos como

atores políticos e sociais inseridos nas disputas de poder. No caso da revista, essa perspectiva permite observar não apenas os textos publicados, mas também os aspectos materiais, como formato, estética, gráfica e periodicidade, que, em conjunto com editoriais, artigos e imagens, evidenciam como tais periódicos ultrapassam a função de veículos informativos, atuando como instrumentos de construção de narrativas e de representações sociais

As revistas, nesse sentido, não se limitam a ser simples registros documentais, mas se constituem em agentes ativos na produção de sentidos e na construção da memória histórica de uma sociedade. Essa perspectiva dialoga com os pressupostos da Escola dos Annales, que ampliou o campo da História ao incorporar novas fontes e objetos de análise, valorizando o estudo das mentalidades, das práticas culturais e dos discursos como formas legítimas de compreensão do passado.

Do ponto de vista metodológico, Chartier (1990) contribui para o entendimento dessas publicações ao destacar que a imprensa deve ser analisada como instrumento de construção das representações sociais. Em *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*, o autor ressaltou que os meios impressos não são apenas registros documentais, mas veículos que articulam e constroem narrativas em sociedades em transição, atuando como agentes de transformação. Segundo Chartier, a democratização do impresso possibilitou novas formas de circulação de ideias e de constituição de identidades coletivas, o que ajuda a compreender a força das revistas terceiro-mundistas como espaços privilegiados de produção e difusão de discursos políticos.

Benedict Anderson (2008), corrobora que os meios de comunicação, em especial o jornal e as publicações periódicas, atuam como agentes centrais na formação das identidades nacionais e na construção das chamadas “comunidades imaginadas”. Para o autor, a nação é uma construção social sustentada por práticas simbólicas e comunicativas que permitem aos indivíduos imaginar-se como parte de uma coletividade, mesmo sem se conhecerem pessoalmente (Anderson, 2008, p.33).

A escolha da denominação *Tercer Mundo* para a revista argentina associada aos temas e imagens (preponderantemente fotográficas) que compunham as edições, intensificavam a identidade terceiro-mundista declarada no editorial de seu primeiro número.

Desse modo, a análise da *Tercer Mundo* (1974-1976), como fonte histórica, permite compreender não apenas o funcionamento de uma rede intelectual transnacional, mas também as estratégias discursivas por meio das quais os exilados e militantes buscavam intervir na realidade política latino-americana.

A argumentação deste trabalho organiza-se em três momentos. No primeiro eixo, apresenta-se o contexto político, social anterior à ascensão peronista, discutindo as transformações que marcaram a Argentina entre as décadas de 1930 e 1940 e que possibilitaram a emergência de Juan Domingo Perón como liderança nacional. Em seguida, analisa-se o governo peronista, considerando suas principais diretrizes políticas sob os governos. Na segunda parte, discute-se a noção de Terceiro Mundo e suas apropriações na América Latina, destacando seus fundamentos e apropriações por intelectuais e jornalistas exilados. Por fim, o trabalho avança para a análise da fonte/objeto de pesquisa, a revista *Terceiro Mundo* (1974-1976) examinando especificamente como a figura de Perón foi representada nas edições analisadas, identificando interpretações, disputas simbólicas e aproximações que articulam peronismo e terceiro-mundismo segundo a perspectiva dos colaboradores da revista.

1. Governos de Juan Domingo Perón e o peronismo na Argentina: História e historiografia

A formação de um novo governo na Argentina, consolidado em 1943, tem sido amplamente estudada na historiografia argentina e latino-americana. Como destaca Germán Alburquerque, esse período marcou a reconfiguração das identidades políticas e das disputas sociais que abriram caminho para a emergência do peronismo como novo eixo de mobilização de massas (Alburquerque, 2019).

A partir dessa perspectiva, é possível compreender a construção do peronismo como um fenômeno político e cultural que ultrapassa os limites partidários e institucionais, configurando-se como uma representação social enraizada no imaginário coletivo argentino. Como afirma Gino Germani (1962), o peronismo representou a incorporação das massas à vida política e modernização social, podendo ser compreendido também em sua influência nos diversos setores da sociedade argentina, bem como as múltiplas interpretações que esse movimento recebeu em outros países e contextos internacionais.

Antes da ascensão de Juan Domingo Perón, a Argentina era marcada por um sistema político dominado por uma elite agrária e conservadora, que controlava o Estado por meio de práticas clientelistas e de uma representação política limitada. Conforme analisa O'Donnell (1977), a Argentina oligárquica consolidou um modelo de dominação no qual o Estado funcionava como instrumento das elites, restringindo a participação política de grande parte da população. Essa dinâmica refletia a manutenção de uma estrutura econômica dependente e excludente, centrada nos interesses das classes dominantes.

Segundo Cláudia Wasserman (1992), o Estado oligárquico latino-americano caracteriza-se pela acumulação capitalista concentrada no setor primário-exportador, pela exclusão de amplos setores da população, pela intervenção política de elites, pelo monopólio de interesses imperialistas e pela centralidade da economia primária. Nesse contexto, a Argentina tornou-se um território propício à consolidação e preservação de sucessivos governos oligárquicos, cuja organização e controle foram analisados e teorizados por autores clássicos.

Entre 1880 e 1916, conhecido como Período da oligarquia Buenos Aires, uma fase marcada por aparente estabilidade política, mas sustentada pela concentração de poder nas mãos das elites agro exportadoras da região portenha. O sistema eleitoral fraudulento e o

controle das instituições públicas impediam a ascensão de novas forças políticas. Dessa forma explica, (Romero, 1976, p. 134), o autor sobre a época:

A democracia argentina do período oligárquico era uma democracia de O regime oligárquico sustentava-se numa estrutura eleitoral fictícia, onde o sufrágio universal existia apenas formalmente, pois a fraude, a pressão e a compra de votos eram práticas habituais.

Dessa forma, representando o caráter excludente e restritivo da democracia argentina durante o período oligárquico, ao demonstrar que as instituições representativas funcionavam mais como mecanismos de legitimação do poder das elites do que como instrumentos efetivos de participação popular.

Cláudia Wasserman (1992) explica o Estado Oligárquico como um modelo pela acumulação capitalista voltado ao setor primário com hipertrofia e exclusão da população, dessa forma, as eleições funcionavam como uma garantia de permanência do modelo oligárquico, impedindo as formas de manifestações e participação popular.

O modelo oligárquico favorecia as elites agrárias, reforçando a estrutura de poder vigente. Nesse contexto, surgiram partidos políticos como o Partido Autonomista Nacional (PAN), fundado em torno da figura de Julio Argentino Roca, que atuava como um instrumento de controle político e social, mantido por um sistema eleitoral excludente e fraudulento.

Após o governo de Roca (1898-1904), a Argentina permaneceu sob o domínio do PAN, que controlava o processo eleitoral por meio da exclusão da participação popular. A aprovação da Lei Sáenz Peña (1912) instaurou o voto secreto e universal masculino, representando a incorporação política das classes médias e o início de um novo ciclo democrático na Argentina (Romero, 1999). Nesse cenário, o radicalismo liderado por Hipólito Yrigoyen entre os anos de 1916-1930, marcou uma ruptura com a ordem oligárquica, pois, expressando o descontentamento das classes médias emergentes, inaugurou uma nova etapa política.

As eleições de 1916 consolidaram a Unión Cívica Radical (UCR), como força dominante e ampliaram a participação política, ainda que gerando tensões com os setores conservadores, que viam o processo como um “perigo democrático”¹. Segundo Cattaruzza(2009), Yrigoyen concebia a União Cívica Radical não apenas como um partido político, mas como a própria expressão da nação e do povo, em oposição aos partidos tradicionais, vistos como representantes de interesses particulares. A aproximação de Yrigoyen

¹ Expressão usada pela historiografia para designar a percepção das elites argentinas diante da ampliação do voto e da ascensão do radicalismo, vistas como ameaça à ordem oligárquica (ROMERO, 1986).

com as demandas dos trabalhadores reforçou sua legitimidade e estreitou a relação entre Estado e movimento sindical.

A percepção dos trabalhadores de que o presidente apoiava suas reivindicações contribuiu para uma maior legitimidade política do movimento, reforçando o vínculo entre Estado e setor sindical.

A eleição de 1928, embora tenha contado com o apoio massivo de Hipólito Yrigoyen, abriu espaço para a ascensão de forças opositoras:

Apesar do apoio das massas populares a Yrigoyen, expresso nos 838.583 votos que o Partido Radical obteve, contra os 414.026 recebidos pela Frente Única, os 64.985 do Partido Socialista e os poucos votos obtidos pelo Partido Demócrata Progressista e pelo Partido Comunista, o golpe não foi evitado (Campolina de Sá, 2007. p. 38.)

Esse processo resultou na vitória do general José Félix Uriburu, que liderou o golpe de 1930 e derrubou o segundo governo de Yrigoyen. Seu governo inaugurou a chamada Década Infame, marcada por autoritarismo, fraudes eleitorais, corrupção e inspiração em modelos antiliberais de matriz fascista.

A expressão “Década Infame” foi cunhada pelo jornalista José Luís Torres, que denunciou os governos fraudulentos do período, marcados por crise econômica, desigualdade e a exploração das classes trabalhadoras. Em suas obras, Torres criticou severamente as elites que concentravam riqueza, descrevendo a miséria social e o cenário político que precedeu o surgimento do peronismo. Como afirma o autor, “A riqueza pública foi entregue a grupos privilegiados, enquanto o povo suportava o peso de todos os sacrifícios” (Torres, 1933, p. 42, tradução nossa). Essa crítica contundente descreve a miséria social e o cenário político que antecedeu o surgimento do peronismo.

O golpe de 1930 levou José Félix Uriburu ao poder e instaurou um regime autoritário marcado por repressão e centralização. Em nove meses sob lei marcial, inaugurou-se um período de fraudes, instabilidade e polarização. Como observa José Murilo de Carvalho (2001), os regimes autoritários latino-americanos do século XX buscaram conciliar o discurso da ordem com práticas que restringiam a cidadania e a participação política. A busca por legitimidade levou às eleições de 1932, que colocaram Agustín P. Justo na presidência, restaurando apenas a aparência de democracia.

Roberto M. Ortiz, eleito em 1938, tentou recuperar a legalidade eleitoral e enfrentar a corrupção consolidada na “Década Infame”, mas sua doença levou o vice Ramón Castillo ao poder, cujo governo manteve práticas fraudulentas e alianças conservadoras. Dentro do período entre 1916 a 1943 foi marcado por profundas transformações econômicas, sociais e políticas,

com modernização econômica, fortalecimento oligárquico, mobilização trabalhista e influência de dinâmicas internacionais. Esses processos prepararam o terreno para o surgimento do peronismo e a ascensão de Juan Domingo Perón como liderança nacional. Rapoport (2000) ressalta que o crescimento econômico desse período foi impulsionado por diversos processos, argumentou que:

A crise de 1930 marcou o fim do modelo agroexportador e o início de uma etapa caracterizada pela industrialização substitutiva. O Estado passou a ter uma participação mais ativa na economia, foram promovidas políticas de incentivo industrial e consolidou-se um novo setor social vinculado ao trabalho urbano e à produção manufatureira. Essas transformações lançaram as bases sobre as quais se estruturaria o movimento peronista (Rapoport, 2000, p. 215).

No entanto, esse avanço não ocorreu de forma uniforme, pois a crise econômica global de 1929 impactou profundamente a Argentina, como descreveram Cardoso e Falletto:

A crise mundial de 1929 pôs em evidência os limites do modelo primário-exportador e criou as condições para a formação de economias mais voltadas ao mercado interno, apoiadas na industrialização e em um Estado que buscava responder às demandas sociais emergentes (Cardoso; Falletto, 1970, p. 34)

A crise estrutural do modelo agroexportador, combinada à concentração fundiária e às transformações tecnológicas no campo, impulsionou um intenso êxodo rural na Argentina a partir das décadas de 1930 e 1940. Esse deslocamento populacional contribuiu decisivamente para a aceleração do processo de urbanização, sobretudo na região metropolitana de Buenos Aires.

A industrialização por substituição de importações, com destaque para o setor têxtil, absorveu parcela significativa dessa mão de obra recém-chegada. Como ressalta Fernandes (1972), a classe operária, resultante dos processos de urbanização e industrialização, passou a se constituir como sujeito social capaz de reivindicar direitos e participar da vida política, ainda que enfrentando limitações estruturais impostas pelas elites.

Gino Germani (1955) utiliza o termo “operários novos” para designar os trabalhadores migrantes que se deslocaram do campo para as cidades argentinas no início do século XX. Segundo o autor, tratava-se majoritariamente de jovens com baixa qualificação profissional, inseridos em setores industriais em expansão e submetidos a condições de trabalho precárias. Essas condições contribuíram para a consolidação do sindicalismo e serviram como base para a ascensão de estratégias políticas populistas, especialmente aquelas articuladas por Juan Domingo Perón.

O fluxo migratório forneceu uma base política robusta para o peronismo, permitindo que o movimento conquistasse apoio tanto da burguesia nacional quanto dos trabalhadores do interior, reforçando o discurso de inclusão e justiça social que se tornaria central no governo peronista. Romero (1976) destaca que, nesse contexto, a análise dos setores populares deve ser ampliada para incluir mulheres, crianças e idosos, incorporando elementos culturais e familiares na compreensão das relações de poder e da política social.

No campo militar, a organização do Grupo de Oficiais Unidos (GOU), que colocou Perón na Secretaria de Trabalho e Previdência, em 1943, revelou a crescente politização das Forças Armadas e a centralidade do Exército argentino na definição do destino político do país. Juan Domingo Perón, membro desse grupo, destacou-se pela articulação de propostas de política social e trabalhista, alinhadas com os setores populares urbanos e rurais.

Motivados pelas fraudes políticas e crises institucionais, os integrantes do GOU protagonizaram o golpe de 4 de junho de 1943, uma corrente formada por jovens militares e no seu corpo figurava Juan Pablo Perón, depuseram o governo de Ramón Castillo e abriram caminho para uma nova configuração política. Conforme aponta Guillermo O'Donnell (1974), os militares de 1943 buscavam reformar o Estado, combater a corrupção eleitoral e reorganizar o sistema político sob fundamentos nacionalistas.

O coronel Perón, foi uma figura central durante o período na Secretaria de Trabajo y Previsión Social, destacando por sua capacidade profissional, por sua amplitude de visão política, articulando políticas sociais e trabalhistas e implementou políticas inovadoras para reorganizar o movimento sindical.

Nessa função, o político articulou uma ampla política social, estabelecendo alianças estratégicas com sindicatos e ampliando direitos trabalhistas, como salários, previdenciários e de negociação coletiva.

A união entre o capital humanizado e o trabalho dignificado são elementos fundamentais para a compreensão da justiça social. Segundo Borges (2018), Perón foi o responsável por nomear o Partido Justicialista, com um viés de garantir a liberdade econômica dos trabalhadores. Segundo Zanatta (2010), o justicialismo nasceu da fusão entre um nacionalismo estatal e um movimento social de massas que encontrou em Perón o mediador capaz de lhes dar identidade e direção. Esse processo permitiu transformar uma coalizão sociopolítica inovadora em uma estrutura partidária estável.

A Secretaria de Trabalho tornou-se o principal eixo de sua projeção política. Como enfatiza Plotkin (2003), foi nesse cargo que Perón construiu sua base de legitimidade popular,

dialogando diretamente com o movimento operário e fortalecendo a imagem de um Estado protetor.

De acordo com a análise de Murmis e Portantiero (1971), a ascensão política de Perón esteve diretamente vinculada às transformações sociais e às demandas do movimento operário. Para os autores, as medidas tomadas por Perón na Secretaria do Trabalho e da Previdência, a partir de 1943, vinham ao encontro das reivindicações de grande parte do setor operário” (Murmis; Portantiero, 1971). Esse conjunto de políticas incluía a regulamentação das relações trabalhistas, a criação de novos direitos sociais e o fortalecimento dos sindicatos.

Esse período marcou a redefinição da relação entre Estado e classe trabalhadora, processo no qual Perón desempenhou um papel decisivo ao transformar reivindicações históricas do sindicalismo em políticas públicas.

Com o avanço das tensões internas no governo militar, intensificadas pelo contexto internacional do fim da Segunda Guerra Mundial e pela vitória dos Aliados, setores do Exército passaram a desconfiar do crescente protagonismo de Perón. Sua detenção e envio à Ilha Martín García, em outubro de 1945, desencadearam uma ampla mobilização operária. O ponto decisivo ocorreu em 17 de outubro de 1945, quando multidões de trabalhadores ocuparam a Plaza de Mayo exigindo sua libertação. Para James (1988), esse episódio simboliza o nascimento político do peronismo, ao revelar a força autônoma do movimento operário em defesa de Perón. De forma convergente, Germani (1973, p. 127) observa que o 17 de outubro marcou “a entrada definitiva dos setores populares organizados na cena política”, configurando um novo tipo de mobilização de massas que redefiniu as relações entre Estado, trabalhadores e Forças Armadas.

Com forte apoio sindical e popular, os dirigentes sindicais pela mobilização criaram o Partido Laborista, sendo Peron o seu candidato à presidência, eleito em fevereiro de 1946. Sua vitória refletiu uma nova configuração social e política.

O primeiro governo Perón consolidou um modelo político baseado na ampliação dos direitos sociais e na redefinição das relações entre Estado, trabalhadores e capital. Perón implementou políticas de bem-estar, aumentos salariais, legislação trabalhista expansiva e participação sindical organizada, o que permitiu a incorporação das massas ao sistema político.

A política implementada na Argentina a partir de 1946 estruturou-se em torno da chamada Terceira Posição, um projeto que Perón associava diretamente aos princípios do Justicialismo. Para o peronismo, o Justicialismo constituía uma doutrina própria, fundada na justiça social, na independência econômica e na soberania política, e buscava romper com os modelos hegemônicos do pós-guerra.

A Terceira Posição, articulada como expressão política do Justicialismo, pretendia ocupar um espaço intermediário entre dois extremos considerados decadentes ou autoritários. Perón (1950) expressou de maneira contundente essa crítica aos dois sistemas e sua defesa de um caminho autônomo:

Nós não pertencemos nem ao capitalismo nem ao comunismo. Nossa doutrina é profundamente humanista e cristã, porque se baseia no respeito ao homem, à sua liberdade e à sua dignidade. Não aceitamos o individualismo capitalista, que converte o homem em um meio para a riqueza; nem aceitamos o coletivismo marxista, que sacrifica o indivíduo em nome de um Estado onipotente. Nossa Terceira Posição é, portanto, uma superação de ambos os sistemas, destinada a construir uma comunidade onde o Estado, longe de oprimir, coordena; onde o capital, longe de explorar, serve; e onde o trabalho, longe de ser escravizado, se dignifica (tradução nossa)

Nesse sentido, Perón colocou a Terceira Posição como um projeto político próprio buscando apresentar o Partido Justicialista como uma superação. Essa perspectiva se tornou ainda mais evidente no segundo governo de Juan Domingo Perón (1952–1955), período marcado por avanços sociais significativos, mas também por tensões políticas crescentes.

Os avanços sociais durante o peronismo conviveram com tensões políticas crescentes, revelando a ambiguidade estrutural do movimento. Sob o eixo da “justiça social”, Perón implementou políticas voltadas para a ampliação dos direitos trabalhistas, o aumento dos salários reais e o fortalecimento da intervenção estatal no bem-estar coletivo.

Nesse processo, Maria Eva Duarte de Perón, a Evita, que se casou com Perón aos 25 anos, assumiu um papel central na consolidação do peronismo, atuando diretamente na construção e manutenção do apoio popular ao governo e na articulação de políticas sociais que reforçavam a base de massas do movimento. Luciani (2017) destaca que a primeira dama atuou na Secretaría de Trabajo y Previsión, órgão que também agregava funções de assistência social, como o atendimento a populações marginalizadas e alijadas do mundo do trabalho, entre elas idosos, crianças e pessoas com deficiência. Sua atuação ultrapassou a esfera tradicionalmente reservada às figuras femininas na política da época, transformando-a em um dos pilares do movimento.

De acordo com Barry(2016), com Evita estabeleceu-se na Argentina a concepção de “matrimônio governante”, que se refere a mecanismos ou estratégias políticas de um casal governante. a sua figura recebeu um apoio expressivo popular, principalmente pelo Gran Ganancia del Trabajo (GGT) E Plan de Previsión Familiar (PPF).

A trajetória de Eva consolidou-se como ponte entre o governo e os setores populares, promovendo políticas sociais que atenderam às populações mais empobrecidas e ampliando a influência política feminina. Sebreli (1971) observa que a doença terminal de Eva reforçou a

construção mítica de sua figura, contribuindo para a sacralização do peronismo e do imaginário político argentino.

O segundo mandato de Perón, iniciou, em 1952, um período marcado por desafios políticos e econômicos e pela perda de Eva Perón, que deixou um vácuo simbólico e emocional que impactou diretamente a legitimidade e a coesão interna do movimento peronista (Sarlo, 2005, p. 90).

O governo enfrentou crescente oposição das elites tradicionais, da Igreja Católica e de setores da mídia, que se ressentiam do poder crescente do Estado e da centralidade do sindicalismo corporativo. O governo enfrentava uma combinação de crise econômica, pressão de elites tradicionais e desgaste interno, que colocava limites à expansão das políticas sociais e trabalhistas implementadas no primeiro mandato essa tensão se traduziu em censura à imprensa, repressão a opositores e fortalecimento do controle sobre os sindicatos, buscando manter a lealdade da base popular.

Politicamente, o regime ampliou o controle sobre sindicatos, organizações civis e partidos opositores, fortalecendo a estrutura corporativa do peronismo como instrumento de dominação, conforme reforça Gino Germani (1958), o totalitarismo, não quer súditos passivos procurava formar soldados fanáticos e ‘convictos’, e tratava de mobilizar toda a população.

Para Prado (1981), o projeto de modernização impulsionado por governos como o de Perón combinava centralização do poder com mecanismos de mobilização popular que, embora inclusivos, eram politicamente controlados.

A tentativa de Perón de reforçar seu poder por meio de práticas de caráter autoritário gerou desgaste político na sociedade argentina. A centralização do poder no Executivo, o controle estatal sobre os sindicatos e a intervenção nos meios de comunicação limitaram a autonomia institucional e os canais de participação política. Conforme analisa Capelato (2000), essa centralidade do Estado na mediação das demandas sociais intensificou o antagonismo entre o peronismo e os setores tradicionais, agravando o conflito institucional.

Essa relação passou de aliança estratégica para um confronto a partir de medidas estabelecidas por Perón, as políticas educacionais e sociais implementadas por Perón entraram em conflito com a autoridade moral da Igreja Católica, provocando uma ruptura que evidenciou a disputa pelo controle simbólico e ideológico sobre a sociedade argentina resultando na oposição da Igreja Católica, simbolizando um dos fatores para queda do líder.

A Revolução Libertadora (1955), encerrou o segundo mandato de Juan D. Perón, no exílio, inicialmente no Paraguai e depois na Espanha franquista, Perón manteve influência ativa sobre seus seguidores. Como afirma Rouquié (1982), o peronismo se converteu em “o grande

interdito da política argentina”, proibido, mas incapaz de ser eliminado. A exclusão do peronismo da vida política institucional gerou um ambiente de clandestinidade e resistência popular, mantendo o movimento ativo nas ruas e nos sindicatos, mesmo sem representação oficial.

Durante o exílio entre 1955 e 1973, Juan Domingo Perón viveu uma trajetória complexa e estratégica, marcada pela construção de redes políticas, simbólicas e internacionais.

Inicialmente eleito com Héctor Cámpora, Perón reassume a presidência em outubro de 1973. Seu governo buscou restaurar a ordem e recompor alianças tradicionais, como reforça Capelato(2000), a capacidade do peronismo de integrar setores urbanos e trabalhadores recém-industrializados criou uma base social sólida que não podia ser eliminada, apenas contida temporariamente, nesse sentido, a vitória de Héctor Cámpora nas eleições de março de 1973 funcionou como uma ponte institucional, permitindo que Perón retornasse formalmente e reassumisse a presidência em julho do mesmo ano.

Entretanto, após anos de instabilidade política, o contexto econômico também impunha desafios significativos, com inflação crescente, conflitos trabalhistas e incapacidade de implementar um pacto social estável. O país entrava em uma espiral de crise estrutural que o governo não conseguiu conter. Neiburg (2002) analisa que o desemprego e a precarização do trabalho urbano se intensificaram, gerando tensões com sindicatos e movimentos sociais, ao mesmo tempo em que o governo buscava conciliar concessões populistas com medidas de ajuste econômico.

Nesse cenário, a revista *Tercer Mundo* surge em 1974 como um espaço de reflexão e articulação para intelectuais latino-americanos, criada na Argentina, interessada em analisar criticamente desafios políticos e desigualdades econômicas da América Latina e, nos seus primeiros números, ofereceu um espaço privilegiado ao peronismo.

2. Terceiro Mundo e o Terceiro Mundismo

Lançada em Buenos Aires, em setembro de 1974, a revista *Terceiro Mundo* (1974), obteve considerável sucesso no cenário político argentino. Embora tenha publicado apenas nove edições, conseguiu alcançar importante visibilidade regional. Segundo Bissio (2008), o êxito da revista se deveu ao seu projeto editorial, que reuniu nomes significativos do jornalismo e das forças progressistas, consolidando seu papel como veículo de análise crítica e engajamento político.

Segundo Albuquerque (2010), as revistas desempenharam a missão de estabelecer vínculos simbólicos e políticos entre povos geograficamente distantes, especialmente aqueles situados na África e na Ásia. Nesse sentido, essas publicações produziram uma aproximação com países percebidos como marginalizados no sistema internacional, reforçando uma perspectiva terceiro-mundista.

A criação do periódico ocorreu em um contexto de intensa efervescência política e social na Argentina. A distribuição e vendas da revista, foi vendido por 16 pesos e no de 1975 o preço subiu 150% ou seja para 40 pesos, associado principalmente as condições econômicas (Martins, 2024). A estratégia dos editores era equalizar os preços para um alcance maior da revista em outros países, refletindo no impacto da acessibilidade aos escritos. A fundação da *Terceiro Mundo* foi realizada por Pablo Piacentini, Julia Constenla, Neiva Moreira e Beatriz Bissio, de acordo com Martins (2024), figuras de diferentes nacionalidades de cunho militar, intelectuais americanas, africanos e asiáticas apoiou significativamente a coleta de dados significativa. Essa rede incluía exilados políticos, correspondentes informais e interlocutores ligados a movimentos de libertação nacional, governos não alinhados e organismos internacionais, o que permitia à revista acessar dados, documentos e análises que escapavam aos circuitos tradicionais da grande imprensa.

A circulação de cartas, artigos, manifestos, discursos oficiais e relatórios internacionais constituía o principal mecanismo de obtenção de informações, reforçando o caráter contra-hegemônico da publicação e sua proposta de articular os debates do Terceiro Mundo a partir de uma perspectiva própria.

As questões do Terceiro Mundo, ganharam relevância nas relações internacionais ao defender o distanciamento ativo dos dois blocos hegemônicos da Guerra Fria com Estados Unidos (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e ao propor caminhos próprios de desenvolvimento para os países da América Latina, da Ásia e da África, historicamente marginalizados no sistema internacional. Nesse sentido, o Terceiro Mundo deve

ser compreendido não apenas como uma categoria geográfica, mas como um projeto político e histórico, conforme ressalta Prashad (2007, p. 16):

O Terceiro Mundo não era um lugar. Era um projeto. Durante as batalhas aparentemente intermináveis contra o colonialismo, os povos da África, Ásia e da América Latina sonhavam com um mundo novo. Eles almejavam a dignidade acima de tudo, mas também as necessidades básicas da vida (terra, paz e liberdade). Eles reuniram suas queixas e aspirações em vários tipos de organizações, onde suas lideranças então formularam uma plataforma de demandas.

O autor evidencia que a identidade terceiro-mundista foi construída menos como uma condição estrutural e mais como uma proposta ativa de transformação da ordem mundial, baseada na cooperação, na autodeterminação e na formulação de agendas próprias de desenvolvimento.

Na década de 1970, a expressão alcançou notabilidade nos escritos de intelectuais e, sobretudo, na circulação de revistas que problematizam a realidade latino-americana, africana e asiática. Esses periódicos constituem, segundo Hobsbawm (1995), parte de um processo no qual o mundo subdesenvolvido tornou-se politicamente consciente e ativo, inserindo os povos coloniais e ex-coloniais como forças independentes no palco internacional, não apenas como objetos de administração ou de política de potências estrangeiras.

O terceiro-mundismo se organiza como uma sensibilidade cultural que articula a ideia de uma nova ordem mundial, voltada à superação da dominação ocidental e à promoção da autonomia política das nações periféricas (Albuquerque, 2013). Desse modo, a imprensa terceiro-mundista não apenas difundia debates marginalizados pela cultura ocidental, mas também se apresentava como um projeto de ruptura com a ordem imperialista, defendendo o direito à autodeterminação e à independência.

Nessa perspectiva, o pensamento terceiro-mundista oferecia uma alternativa histórica aos modelos hegemônicos, articulando projetos de emancipação nacional, soberania econômica e autonomia política para os países periféricos. No interior do peronismo, essa leitura convergia com o ideário da Terceira Posição, formulado por Juan Domingo Perón no final da década de 1940, que defendia a necessidade de superar a bipolaridade da Guerra Fria e construir um caminho próprio de desenvolvimento, nem alinhado ao liberalismo norte-americano nem ao socialismo soviético. Como afirma o próprio Perón, tratava-se de “um ponto de vista nacional que não se submete nem a uns nem a outros, mas que busca a libertação econômica, social e política dos povos” (Perón, 1950, p. 42, tradução nossa).

Desta forma, as publicações cumpriram um papel fundamental ao articular discursos de resistência, difundir críticas ao imperialismo e, simultaneamente, valorizar a especificidade das experiências históricas dos três continentes, reforçando a perspectiva internacionalista que

aproximava o peronismo das lutas do Terceiro Mundo, reforçando o estudo de Martins ao afirmar que o alcance da revista permitiu que chegasse a públicos diversos internacionalmente.

A historiadora brasileira Maria Helena Capelato(1988) tem papel fundamental na consolidação dos estudos sobre a imprensa no Brasil e na América Latina, nesse percurso, destacou que, durante décadas, a imprensa não era reconhecida como fonte legítima para a pesquisa histórica, pois prevalecia a visão de que os jornais eram documentos de caráter apenas administrativo ou político. Ao contrário, sua investigação demonstrou que os impressos atuaram de maneira decisiva na construção de representações sociais e na legitimação de regimes autoritários, servindo como instrumentos de persuasão das massas.

A contribuição de Capelato se consolidou com sua tese de docência, publicada em *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo* (1988), obra em que a autora realiza uma análise comparativa entre os dois regimes, destacando a centralidade da propaganda política como instrumento de construção de legitimidade. Nesse estudo, Capelato enfatiza a necessidade de compreender a imprensa não como um registro neutro dos acontecimentos, mas como um agente ativo na conformação da vida social e política. Como afirma:

A imprensa não é uma fonte desprezível e tampouco imparcial. Ao contrário, deve ser analisada de modo crítico, principalmente pelo fato de atuar como interventora na sociedade, sendo utilizada diversas vezes para manipular a vida social. Os jornais e revistas não se limitam a noticiar, mas produzem sentidos e interferem diretamente no curso da política e da história. (Capelato, 1988, p. 15)

Essa abordagem crítica, contribui para compreender também o papel das revistas terceiro-mundistas, como no periódico as publicações durante um período de forte repressão e exílio político na Argentina. Nesse sentido, Capelato(1988), identifica na propaganda peronista o uso da imprensa como instrumento de intervenção política, a *Tercer Mundo* articula um discurso contra o imperialismo e denuncia as desigualdades sociais, defendendo a emancipação econômica e cultural da América Latina. Diante disso, a revista não apenas documentava os acontecimentos, mas buscava moldar a percepção coletiva, mobilizando seus leitores em torno de ideais de autonomia e de resistência.

Na mesma direção, Martins (2001) a autora compreende que a imprensa deve ser entendida como um espaço de disputas simbólicas e de transformações ideológicas, o que possibilita relacioná-la ao papel das revistas da década de 1970, que funcionavam como instrumentos de mobilização política, difundindo discursos anti-imperialistas e de solidariedade entre os países subdesenvolvidos.

No contexto latino-americano, a década de 1970 foi marcada pelo exílio de intelectuais em decorrência das ditaduras militares do Cone Sul. Esses autores encontraram nos periódicos um espaço para articular os ideais terceiro-mundistas, vinculados às lutas anticoloniais e ao cenário internacional pós-Segunda Guerra Mundial. Conforme aborda Santos (2013), a vivência no exílio era angustiante, uma vez que os sujeitos seriam considerados “indesejáveis”. Dessa maneira Sarlo (1992), reforça que o ato de idealizar a publicação da revista está ligado à intervenção dos intelectuais como participantes políticos.

Nessa conjuntura com o contexto geopolítico ocasionado pela Guerra Fria, o autor Prashad (2017) coloca a divisão tripartida observado pela bipolaridade da Guerra Fria com o Primeiro Mundo liderado pelos Estados Unidos e o Segundo Mundo representado pela União Soviética, os países da África, da Ásia e da América Latina passaram a ser identificados como Terceiro Mundo. Essa noção, surgida no início da década de 1950 na Europa, foi intensificada pelos debates sobre desenvolvimento econômico, pelas teorias da modernização e pelos estudos da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), em diálogo com os movimentos de libertação nacional africanos e asiáticos.

A Conferência de Bandung, realizada entre 18 e 24 de abril de 1955, representou um marco para a afirmação da identidade dos países terceiro-mundistas. Segundo Bissio, argumenta que

A imprensa não é uma fonte desprezível e tampouco imparcial. Ao contrário, deve ser analisada de modo crítico, principalmente pelo fato de atuar como interventora na sociedade, sendo utilizada diversas vezes para manipular a vida social. Os jornais e revistas não se limitam a noticiar, mas produzem sentidos e interferem diretamente no curso da política e da história (Bissio, 2011, p.34).

Nesse sentido, a autora ressalta que a rejeição ao colonialismo e ao neocolonialismo compreendidos como formas contemporâneas de dominação econômica e intelectual, orientou as resoluções da conferência, que afirmava a independência e o direito à autodeterminação dos povos. Assim, o encontro configurou-se como um momento decisivo para o fortalecimento do discurso terceiro-mundista, amplamente difundido e legitimado por veículos de imprensa engajados.

A Conferência de Bandung (1955) representou um marco fundamental na organização dos países recém-independentes da Ásia e da África, ao estabelecer uma agenda comum voltada para a superação das consequências da colonização e para a busca de uma posição autônoma no cenário internacional. Segundo Bissio (2011, p. 27) Bandung foi “um ponto de partida para o movimento terceiro-mundista, ao afirmar a cooperação política, econômica e cultural entre nações que, até então, ocupavam posição periférica no sistema internacional”. O

encontro foi convocado por líderes como Ahmed Sukarno, presidente da Indonésia, e Jawaharlal Nehru, primeiro-ministro da Índia, reunindo ainda importantes chefes de Estado africanos, que buscavam uma inserção independente frente às pressões da Guerra Fria.

O consenso firmado em Bandung resultou nos chamados Dez Princípios da Coexistência Pacífica², que defendiam a soberania, a igualdade entre as nações, a não intervenção em assuntos internos e a cooperação pacífica. Como afirma o autor, “a Declaração Final de Bandung definiu um passo importante para uma nova compreensão do momento histórico e da geopolítica, rejeitando as divisões ideológicas da Guerra Fria e apresentando uma clivagem entre Norte e Sul” (Visentini, 2015, p. 7).

A partir da Conferência de Bandung, intensificou-se a articulação política que culminaria na criação do Movimento dos Países Não Alinhados (MNA), formalizado em Belgrado, em 1961, e ampliado em encontros posteriores, como a Conferência de Argel, em 1973. De acordo com Bissio (2015), essa conferência foi uma das mais importantes da história do MNA, ao introduzir as discussões sobre a Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI) e a Nova Ordem Informativa Internacional (NOII), iniciativas que buscavam responder às desigualdades estruturais entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

A Nova Ordem Informativa Internacional (NOII) buscava enfrentar as distorções presentes no fluxo internacional de informações e desafiar a hegemonia dos grandes monopólios comunicacionais do Norte. Conforme argumenta Bissio (2015, p. 18), “não haveria desenvolvimento enquanto os principais meios de comunicação e as agências de notícias continuassem sob o controle de uns poucos”. Nessa perspectiva, a NOII defendia a valorização da diversidade cultural, a democratização dos meios de comunicação e o fortalecimento das vozes do Sul Global, propondo uma reestruturação profunda da circulação global de notícias.

Nessa conjuntura as revistas vinculadas ao terceiro-mundismo, como *Terceiro Mundo* (1974), interpretavam o peronismo como parte de um amplo projeto de emancipação nacional e de crítica ao imperialismo. A partir da noção peronista de Terceira Posição, esses veículos identificavam no movimento de Juan Domingo Perón uma alternativa concreta à bipolaridade da Guerra Fria, capaz de articular soberania econômica, justiça social e autonomia política. A revista *Terceiro Mundo* (1974), foi concebida e produzida por um grupo de intelectuais latino-americanos exilados, cuja experiência de perseguição política e deslocamento forçado marcou

2 Os Dez Princípios da Coexistência Pacífica foram aprovados na Conferência de Bandung (1955) e incluem o respeito à soberania estatal, a não interferência, a igualdade entre as nações, a solução pacífica de controvérsias e a cooperação para o desenvolvimento, constituindo o fundamento político do Terceiro Mundo e, posteriormente, do Movimento dos Países Não Alinhados.

profundamente o projeto editorial. Exilados argentinos, uruguaios e brasileiros, entre eles Neiva Moreira.

Durante o exílio argentino, Neiva Moreira participou da criação da revista *Tercer Mundo* (1974), alinhada aos princípios dos Países Não Alinhados e voltada à integração crítica do Sul Global. O projeto contou com o apoio de figuras como Eduardo Galeano, Mario Benedetti e Eric Nepomuceno, já articuladas anteriormente em iniciativas editoriais de orientação terceiro-mundista, como o jornal *El Oriental* (1961–1964) e a *Tercer Mundo* (1974).

Publicada pela Editora La Línea, a revista teve apenas nove edições, cuja circulação foi interrompida pelo avanço da repressão e da vigilância militar na Argentina. Ainda assim, conforme destaca Bissio (2008), *Tercer Mundo* consolidou-se como um relevante veículo de resistência intelectual ao abordar temas como imperialismo, subdesenvolvimento e autodeterminação dos povos, deixando um legado expressivo no jornalismo alternativo e na articulação internacionalista do Terceiro Mundo. Nesse contexto, Neiva Moreira desempenhou um papel central ao articular a agenda terceiro-mundista com as experiências políticas e sociais latino-americanas.

Moreira inseriu-se plenamente nessa dinâmica, participando de debates estratégicos sobre o papel do Terceiro Mundo e a necessidade de uma integração latino-americana. Justamente na Conferência de Argel (1973) que Neiva Moreira consolidou seu projeto editorial, dando origem à revista *Tercer Mundo*. A publicação representa:

um fruto direto das discussões de Argel, ao propor um espaço de encontro entre intelectuais, jornalistas e militantes exilados, conectados pelas lutas contra o imperialismo e pela busca de alternativas emancipadoras. Mais do que uma revista, era um laboratório de ideias do Sul Global (Bissio, 2008, p. 56)

As sessões incluíam artigos de opinião, informes especiais, entrevistas e reportagens sobre a América Latina, África, Ásia e Oriente Médio. Segundo Dalmas (2025, p. 142), a revista funcionava como um espaço de convergência das vozes terceiro-mundistas, denunciando as desigualdades globais e articulando um discurso crítico à dominação econômica e cultural dos países centrais.

Denis de Moraes (2013) enfatiza a complexa relação entre a produção midiática verticalizada do Ocidente e o uso de recursos comunicacionais voltados à legitimação de formas de dominação e manipulação. Em diálogo com essa análise, Pozo (1996) argumenta que a luta dos países periféricos exigia a construção de modelos políticos próprios, o que implicava também repensar a imprensa não apenas como meio informativo, mas como prática de intervenção política e cultural no contexto do Terceiro Mundo.

Nesse horizonte terceiro-mundista, a revista *Tercer Mundo* interpretava o peronismo como uma experiência latino-americana que se aproximava dessa perspectiva de autonomia, uma vez que a política externa de Juan Domingo Perón especialmente sua defesa da Terceira Posição, era entendida como um esforço para construir alternativas próprias diante dos blocos hegemônicos da Guerra Fria, projetando a Argentina como um ator capaz de propor caminhos autônomos para os países do Sul.

A Revista destacava que o Justicialismo, sobretudo no contexto do retorno de Perón em 1973, articulava mobilização popular, industrialização nacional e políticas sociais inovadoras. Essa leitura aproximava a experiência argentina das lutas de outros países do Terceiro Mundo pela autonomia e autodeterminação.

Figura 1 – O discurso de Perón sobre o Projeto Nacional



Fonte: *Tercer Mundo*, Buenos Aires, n. 1, 1974.

Bernardo Albert(1957), secretário geral do Movimento Nacional de Justiça (MNJ), define a figura de Perón como um político que se aproxima das ideias terceiro-mundistas “Seu estado é o de beligerância contra o imperialismo e está alienado dentro do Terceiro Mundo das nações que lutam por sua libertação para se salvarem do atraso e da miséria em que pretendem mergulhá-los” (Baschetti, 2015, p.343, tradução nossa). Inicialmente no periódico aborda sobre a conjuntura Argentina e destaca sobre a necessidade de o país desenvolver um projeto nacional.

A revista contou ainda com o apoio de diversos intelectuais, cujos textos retomavam o histórico e o legado do peronismo, enfatizando o papel do Partido Justicialista como força política estruturante e instrumento de mobilização das massas. Os artigos publicados ressaltavam como o movimento conquistou apoio majoritário entre os trabalhadores e consolidou uma identidade política baseada em direitos sociais e participação popular. Essa interpretação dialoga com a análise de Torres (1990), para quem o peronismo representou um novo padrão de integração dos trabalhadores ao Estado, e com a leitura de Romero (1999), que identifica no movimento transformação das relações entre política e sociedade na Argentina.

Nesse sentido, as publicações não apenas registravam eventos, mas interpretava o peronismo como um fenômeno histórico complexo, articulando sua dimensão política, social e econômica, e avaliando o impacto do Justicialismo na construção da autonomia nacional e da mobilização popular.

Esse enfoque permite compreender o peronismo não apenas como um governo, mas como um movimento estruturante da sociedade argentina e do pensamento político latino-americano. Embora tenha tido vida curta na Argentina devido ao endurecimento da repressão, *Tercer Mundo* seria relançada no Peru como *Cuadernos del Tercer Mundo*, mantendo sua proposta original. Como sintetiza Bissio (2008, p. 59), a revista foi uma plataforma de diálogo entre intelectuais do Sul Global e um laboratório de ideias para a construção de uma ordem internacional mais justa.

Tabela 1 Artigos da Revista Tercer Mundo (1974–1975)

Edição	Ano / Mês	Tema	Autor
Nº 1	Setembro de 1974	Depois de Perón	Pablo Piacentini
Nº 1	Setembro de 1974	Política Exterior Argentina	Enrique Alonso
Nº 1	Setembro de 1974	A conjuntura econômica	Carlos Avalo
Nº 1	Setembro de 1974	A Argentina precisa de projeto nacional	Juan Domingo Perón
Nº 2	Fevereiro de 1975	Argentina: A questão agrária – Análise Econômica	Carlos Abalo
Nº 2	Fevereiro de 1975	Argentina: A questão agrária – Análise Jurídica	Camilo L. Ruiz Pérez
Nº 3	Abril de 1975	O poder sindical	Gabriel C. Ross
Nº 5	Agosto de 1975	Argentina e o porquê da crise – Fatores do poder novo intento à restauração	Rodolfo H. Terragno

Nº 5	Agosto de 1975	Argentina e o porquê da crise – A crise da verticalidade	Pablo Giussani
Nº 5	Agosto de 1975	Argentina e o porquê da crise – Quem perde e quem ganha	Luis Guagnini
Nº 5	Agosto de 1975	Argentina e o porquê da crise – A classe obreira contra Satanás	Gabriel C. Ross
Nº 7	Outubro de 1975	Argentina: de Gelbard a Cafiero	Carlos Avalo

Fonte: Elaborado pelo autor.

Como observado das edições da *Tercer Mundo* entre 1974 e 1975 mostra como a revista buscou acompanhar e explicar a crescente crise política, econômica e social da Argentina após a morte de Perón. Em 1974, os textos priorizam debates sobre a conjuntura econômica, a política externa e a necessidade de um projeto nacional. Já em 1975, a revista passa a tratar de temas mais profundos, como a questão agrária, a força do sindicalismo e as razões da crise peronista. Encerrando o período, destaca-se o estudo sobre a mudança de rumos econômicos com a passagem de Gelbard a Cafiero, refletindo o esforço da publicação em interpretar o agravamento da crise argentina.

3. O PERONISMO NA REVISTA *TECER MUNDO* (1974-1976)

O editorial inaugural revela essa perspectiva ao articular a pauta informativa da revista à conjuntura argentina do terceiro governo peronista. Os escritores vinculados à publicação, ao ampliarem as alternativas informativas disponíveis, conectavam suas análises às questões sociais e políticas latino-americanas, conferindo centralidade às experiências históricas da região e às disputas em torno da autonomia e da emancipação dos povos do Sul Global. Nesse contexto, o editorial da *Tercer Mundo* evidencia que as imagens desempenhavam um papel central na construção de sentidos e na orientação da leitura de cada edição, integrando-se ao discurso político da revista.

A revista utilizava as fotografias como elementos constitutivos do discurso político, e não meramente como ilustrações acessórias. As imagens atuavam como recursos interpretativos capazes de orientar a leitura dos textos, reforçar enquadramentos ideológicos e

ampliar a compreensão do leitor acerca dos contextos sociais e políticos apresentados. Ao selecionar cenas, sujeitos e acontecimentos específicos, a *Tercer Mundo* (1974), produzia uma narrativa visual que dialogava diretamente com o conteúdo escrito, contribuindo para a construção de sentidos críticos sobre imperialismo, desigualdade e resistência, em consonância com seu projeto editorial terceiro-mundista.

Na primeira edição, esse uso torna-se ainda mais evidente: a capa é composta por fotografias de grande dimensão, escolhidas para ocupar espaço destacado e estabelecer, já no primeiro contato com o público, o tom político e crítico da publicação. Essa opção visual não apenas chamava a atenção, mas funcionava como um elemento de entrada para o conteúdo editorial, evidenciando a crise argentina e o terceiro governo de Perón, principal tema daquele número.

Figura 2 - Capa da revista Tercer Mundo, 1974



Fonte: *Tercer Mundo*, Buenos Aires, n. 1, 1974.

Como observa Mauad (1996, p. 85), a fotografia na imprensa atua como documento e como discurso, condensando sentidos que orientam a leitura do texto. Assim, na *Tercer Mundo*, a construção gráfica da capa e o uso ampliado de imagens reforçam a intencionalidade política da revista, articulando estética e mensagem para situar o leitor dentro do quadro de disputas sociais e informativas próprias do período.

Figura 3 – A última aparição pública de Perón



Fonte: *Tercer Mundo*, Buenos Aires, n. 1, 1974.

A *Tercer Mundo* (1974), utilizava estrategicamente fotografias em preto e branco ao longo de suas edições, selecionando-as para momentos específicos das publicações de modo a reforçar o conteúdo político e simbólico apresentado. As edições de 1974 a 1976 destacam-se por suas capas cuidadosamente compostas, nas quais as imagens dialogavam diretamente com os temas centrais, funcionando não apenas como recurso estético, mas como instrumento de comunicação política destinado a captar a atenção do leitor e orientar a interpretação do texto.

Como observa Capelato (2007), as revistas políticas fazem uso das imagens como forma de moldar percepções e disputar significados, constituindo-as como parte do discurso. Nesse sentido, as fotografias do periódico integravam a construção narrativa do periódico, potencializando seu posicionamento terceiro-mundista e seu engajamento com as lutas políticas do período.

3.1 A INTERPRETAÇÃO DA TERCER MUNDO SOBRE O RETORNO DE PERÓN NA REVISTA

A primeira publicação da *Tercer Mundo*, redigida por Pablo Piacentini atuou como uma figura central na fundação e direção da revista, comprometido com o pensamento com a visão terceiro-mundista, ligado também na fundação da Inter Press Service (IPS) em 1964, defendendo a criação de uma alternativa informativa às grandes agências ocidentais e a

inserção das vozes do Sul Global no fluxo internacional de notícias. Como observa Bissio (2011), iniciativas desse tipo buscavam romper a “hegemonia informativa” e disputar sentidos no campo comunicacional, especialmente em um contexto de Guerra Fria.

Nesse sentido, conectado a essas lutas, Piacentini realizou uma análise na primeira edição da revista sobre o peronismo se aproximando da visão de Capelato (2007) identificando a construção de uma política de massas ancorada na mediação simbólica entre Estado e povo. Para o autor, Perón atuava como um porta-voz dos setores populares, articulando expectativas e canalizando demandas sociais dentro de um projeto nacional-popular. Assim, o periódico posiciona-se como mediador entre as lutas globais do Terceiro Mundo e a realidade latino-americana, especialmente o Cone Sul em crise.

No editorial “*El tercer Gobierno de Perón. El futuro de Argentina*”, Pablo Piacentini apresenta uma interpretação crítica da crise política que antecedeu o retorno de Juan Domingo Perón ao poder. Segundo o autor, as tentativas de “desperonização” empreendidas após o golpe de 1955 oscilaram entre estratégias institucionais e métodos abertamente violentos, sem lograr êxito na eliminação do peronismo como força política e social. Nesse sentido, a chamada Revolução Libertadora não se limitou à deposição de Perón, mas buscou dismantlar o universo simbólico e político do peronismo por meio da proscrição, da repressão e da tentativa de apagar sua presença da vida pública, conforme analisa Altamirano (2001).

Na obra de Marcos Novaro, *Historia de la Argentina, 1955–2010*, o autor reforça sobre a Revolução Libertadora que culminou no ciclo de instabilidade, fragilizando a democracia argentina, alimentando ciclos de golpes e crises nesse período.

Piacentini (1974), sustenta que as tentativas de remover as influências do peronismo levadas a cabo por setores militares e por grupos políticos opositores, combinando medidas institucionais, censura e repressão, produziram efeitos inversos aos pretendidos. Longe de desarticular o movimento, tais iniciativas contribuíram para consolidar Perón como uma figura ainda mais influente no cenário político nacional. Novaro (2010), destaca que os regimes instaurados subestimaram a força social do peronismo, pois o movimento atuou na clandestinidade, agravando futuros conflitos. Como sublinha o autor no periódico *Tercer Mundo* (n. 1, set. 1974, p. 3): “A campanha de desprestígio contra o peronismo, levada tão longe, acabou por confundir seus próprios escribas e até seus inspiradores. Mas não enganou o povo”.

Após o golpe de 1955, essas forças oscilaram entre estratégias de abertura controlada e métodos abertamente violentos, mas nenhuma delas conseguiu neutralizar o enraizamento do peronismo. Com deposição do líder, as tentativas de encontrar novos referenciais capazes de

substituir Perón fracassaram, e a repressão, incluindo a proibição do Partido Justicialista, contribuiu para fortalecer a coesão dos setores populares que nele se reconheciam Piacentini (nº01, set, 1974, p.04-05).

Como sintetiza Carvalho (2001, p. 152), “o peronismo representou uma nova forma de relação entre política e massas, articulando carisma pessoal e políticas sociais de modo a transformar profundamente a sociedade argentina”. Nesse sentido, todos os esforços de apagamento não apenas falharam, como também aprofundaram a legitimidade do movimento na cultura política argentina.

Ao discutir a trajetória de Perón, o editorial enfatiza suas realizações como secretário de Trabalho e Previdência (1943-1945), sob o lema “harmonia e proteção”, controlou de forma estratégica a classe operária através dos órgãos (Campolina de Sá, 2016).

A análise do editorial busca compreender de que maneira as camadas populares e as organizações políticas passaram a se estruturar em torno da mobilização peronista, interpretada como resultado de uma inflexão histórica nas relações entre o Estado, o Exército e o povo. Nesse sentido, Piacentini afirma

Perón é o maior representante de uma corrente militar nacionalista que se comprometeu a libertar o país do domínio imperial e a anular o divórcio entre o 36 povo e o Exército. Essa corrente, em 1944, participa de um pronunciamento que põe fim ao regime da oligarquia entreguista, que mereceu um qualificativo tão terrível quanto exato: a Década Infame (Piacentini, p.03 ,1974).

Partindo assim, para a referência à convocação de 12 de junho de 1952 reforça essa leitura, apresentando o apoio popular como elemento constitutivo da legitimidade do terceiro governo e de seu projeto econômico, descrito como “uma tentativa de ampliar mercados externos sem romper com a iniciativa privada” (Piacentini, nº01, set, 1974, p. 05).

Ao apresentar a renúncia de Cámpora como um “ato supremo de lealdade” e a eleição de Perón como expressão direta da vontade popular, nas linhas seguinte, o periódico abre espaço, para falar sobre o falecimento da líder o mandato de Perón foi interrompido em julho de 1974 pela sua morte, deixando no poder sua vice María Estela Martínez de Perón, intensificando o conflito com a guerrilha em um período marcado por uma ampla perseguição a toda a esquerda nacional, inclusive a peronista. Em março de 1976 ocorreu um golpe de estado por parte dos militares que ocuparam o poder. Uma a uma, essas forças expressaram à presidente, María Estela Martínez de Perón, sua disposição para continuar a obra de seu esposo e apoiar as instituições democráticas.

Como observa Piacentini, “o dilema está no fato de que Perón morre justamente quando se inicia o enfrentamento que seu projeto desencadeou” (*Tercer Mundo*, n. 1, set. 1974, p. 7). Nesse contexto, a Argentina é apresentada como portadora de uma missão histórica de unir

forças para “caminhar juntas”, ecoando a tradição discursiva peronista já no governo de María Estela Martínez de Perón, conhecida como Isabel Perón. Tal apelo à unidade nacional convocava à responsabilidade histórica diante do avanço dos monopólios, da concentração fundiária e da crescente dependência externa, revelando a urgência de um processo de reconstrução política, econômica e social após a crise que o país enfrentava.

3.2 A POLÍTICA DO TERCEIRO GOVERNO PERONISTA

Diante da morte de Perón, a resposta para a continuidade do consenso construído pelo projeto político era a afirmação da liderança de María Estela Martínez.

A herança de Perón é, acima de tudo, a unidade da classe trabalhadora, e é este o legado que mais deve ser preservado. [...]A presidente terá que enfrentar novos desafios e, na medida em que souber dar as respostas adequadas e demonstrar sua vocação de continuidade, voltará a reunir a relação de forças organizada por seu esposo (Piacentini, nº01, set. 1974, p. 07, tradução nossa).

Com base, no texto acima, observa a dificuldade de estabelecer uma liderança à altura de Perón, destacando, a crise do peronismo após a morte de Juan Domingo Perón é evidenciada na revista por Pablo Giussani, colaborador da revista ligado a Inter Press Service (IPS), no corpo editorial abordado por Giussani(1975), suas contribuições apareceram em destaque na Tercer Mundo, na edição de nº5, dando continuidade ao contexto político após a morte de Juan Pablo Perón em 1974, ingressando o país numa profunda desorganização política(Vizer)³.

Em seguida Giussani(1975), identifica que a ausência de um projeto coerente para a sucessão acentuou a fragmentação interna: setores sindicais, burocráticos, militares e grupos armados disputavam, simultaneamente, a interpretação do legado de Perón e o controle do Estado.

Morto o tenente-general Perón em julho de 1974, seu movimento perdeu o único ponto de referência que havia servido durante todo esse tempo para se identificar. Aprendendo agora a tentar se reconhecer através de categorias alheias à presença e às ordens de um líder (Giussani, nº 05, p.73, tradução nossa). À luz da perspectiva teórica de Ernesto Laclau (2011), a representação política implica na constituição de um espaço no qual o representante “substitui materialmente” o grupo, condensando suas demandas e operando como ponto de equivalência capaz de articular significados dispersos. No caso argentino, a morte de Perón desfez esse lugar privilegiado, fragmentando e abrindo um vazio de representação que facções rivais tentaram,

³ Doutor em Sociologia, professor da Visitante da Universidade Federal da Integração Latinoamericana (UNILA), professor consultor do Instituto Gino Germani e fundador do curso de Ciências da Comunicação, Universidade de Buenos Aires (UBA). Disponível: <https://www.corteidh.or.cr/tablas/r30003.pdf>.

sem êxito, preencher. Assim, o peronismo pós-1974 revela a fragilidade, da figura carismática como operador simbólico da unidade política.

Portantiero (2004, p. 23) argumenta que o peronismo se estruturou como uma “nova articulação entre Estado e classes populares”, mas carregava contradições ideológicas que apenas a liderança carismática de Perón conseguia conciliar. A análise do editorial, confirma essa leitura ao afirmar que a “verticalidade”, a obediência absoluta ao líder era o verdadeiro eixo organizador do movimento, gerando uma heterogeneidade interna difícil de administrar. A definição de que o peronismo possuía uma “vocação de onirrepresentatividade” (Giussani, nº05, ago, 1975 p. 72-74), sintetiza essa identidade difusa, que reunia setores frequentemente antag nicos.

No contexto sobre a crise após a morte de Perón, Giussani (1975), interpreta o período não apenas como um fracasso de governo, mas como a revelação das fragilidades estruturais do próprio movimento peronista. A verticalidade como sustentáculo do peronismo nunca teve outra consistência senão o amor popular apaixonado por um líder, pela personalidade individual e intransferível do general Perón(Giussani, nº05, ago, 1975, p.73-74).

Nessa conjuntura Giussani(1975) interpreta o período não apenas como um fracasso de governo, mas como a revelação das fragilidades estruturais do próprio movimento peronista. Ao combinar a crítica histórica da dependência política ao líder com a constatação das contradições sociais internas, o periódico alinha-se a interpretações de autores como Germani(1962), que já apontava o caráter multifacetado e potencialmente conflitivo do movimento, e de James (1988), que enfatiza a centralidade da liderança de Perón para manter unida uma coalizão politicamente heterog nea.

Ao observar o rompimento histórico em curso, Giussani destaca que a condução sindical, até então vinculada ao peronismo, encontrou-se deslocada e chegou a decretar a primeira greve geral contra um governo cujo titular levava o sobrenome Perón. Essa ruptura evidencia, como analisa Basualdo (2006), que a crise econômica atuou como catalisadora de tensões políticas longamente acumuladas, aprofundando a fragmentação do campo peronista e a instabilidade institucional.

No âmbito sobre análise da instabilidade política, a leitura anteriormente na edição de de Carlos Abalo(1974) dialoga diretamente com a perspectiva apresentada por Giussani(1975) ambos identificam que o projeto econômico peronista dependia de uma articulação delicada entre Estado, trabalhadores e empresariado nacional, tentativa de recompor o pacto social que havia sustentado o peronismo clássico esbarrou em interesses diferentes.

A tentativa de recompor o pacto social que havia sustentado o peronismo clássico esbarrou em interesses divergentes: enquanto parte do empresariado resistia às políticas de intervenção estatal e ao aumento da participação dos trabalhadores, setores do movimento operário. Como explica Etluain (2005), o surgimento do peronismo apresentou-se de forma marcada por ambiguidades e alianças circunstanciais entre grupos opositores, o que acabou por fragilizar a coesão política e enfraquecer a força social das massas.

Na análise da conjuntura econômica, Abalo (1975) destaca as principais contribuições do então ministro da Economia, José Ber Gelbard, cuja atuação buscou retomar o espírito do justicialismo clássico ao conciliar crescimento econômico e justiça social. Essa orientação foi também interpretada por María Estela Martínez de Perón, como uma tentativa de reconstruir o pacto social que havia sustentado o peronismo nas décadas de 1940 e 1950. Tratava-se, segundo Abalo (1975), recuperar uma estratégia que combinasse desenvolvimento industrial, fortalecimento do mercado interno e participação ativa dos trabalhadores nas decisões econômicas.

Coadunado com a edição de nº 07, afirmando que a tensão e instabilidade política enfrenta em torno de Gelbard não era apenas técnica, interpreta esse processo como o início de um “Embate contra Gelbard”, revelando que a oposição ao pacto social vinha justamente dos setores que deveriam sustentá-lo. Nesse ponto, a interpretação de Abalo(1975), o Estado peronista enfrentava a resistência simultânea da oligarquia rural objetivando o controle estatal do setor agroexportador e da burguesia industrial, cuja queda na taxa de lucro a impedia de liderar um projeto autônomo de desenvolvimento.

O projeto articulado por Gelbard, perde seu principal sustentáculo político. Avalo(1975) aponta sobre o desenvolvimento do plano reformista que exigia a renegociação entre a classe burguesa e o imperialismo., com uma política de acumulação e projetos de promoção social e logo após a morte de Perón, a burocracia sindical operou para a queda do plano econômico, e como afirma Avalo(1975) durante a gestão de Gómez Morales no Ministério da Economia, aperfeiçoou-se meticulosamente o estrangulamento externo (Avalo, nº07, p. 95).

A morte do líder aumentou o peso das contradições internas, fazendo com que o governo enfrentasse sozinho pressões que antes eram amortecidas pelo carisma e pela liderança peronista. Como sintetiza Piacentini (1974), a crise não deriva unicamente das medidas econômicas, mas de contradições profundas que o próprio Estado já não conseguia administrar.

Nessa perspectiva econômica argentina é colocada de forma subordinada ao mercado mundial, incapaz de desenvolver um padrão autônomo de acumulação, uma leitura que dialoga

diretamente com as formulações terceiro-mundistas e dependentes. Como observa Marini (1973, p. 45), o capitalismo dependente estrutura-se para reforçar a dominação externa, ao mesmo tempo em que limita a capacidade de expansão autônoma das burguesias locais.

Desenvolvendo a afirmativa, que a burguesia nacional argentina não consegue competir com o capital transnacional, buscando no Estado o instrumento fundamental para ampliar sua autonomia relativa. Essa interpretação converge com Florestan Fernandes (1975, p. 83), para quem a burguesia nacional tende a recorrer ao Estado como mediador de seus interesses, transformando-o no espaço privilegiado para a realização de seus projetos e para a contenção das pressões externas e internas que ameaçam sua posição.

Nas edições anteriores, ano de 1974, o corpo editorial ganhou a colaboração do Enrique Alonso, escreve nas primeiras linhas do editorial sobre “Reordenamiento de las Relaciones Interamericanas y Apertura hacia el Este” abordando a maneira da transformação da política externa argentina a partir de 25 de maio de 1973, data que marca o início do governo de Héctor Cámpora e o retorno do peronismo ao poder após anos de ditadura militar.

O período de 1966 a 1972 se caracterizou pela perda progressiva das alavancas da soberania, transferidas a centros de decisão externos (Alonso, nº01, p. 8, 1974). Essa nova orientação diplomática, que o texto define como uma renovação completa. Como afirma Celso Furtado (1974, p. 27), “a integração latino-americana constitui condição indispensável para que os países da região ampliem sua capacidade de decisão e reduzam a vulnerabilidade estrutural diante das grandes potências”.

Sobre essa perspectiva as iniciativas adotadas a partir de 1973, voltadas à integração latino-americana, à solidariedade entre os povos do Terceiro Mundo e à diversificação das alianças diversas, expressando um projeto político de autonomia frente às potências hegemônicas.

Segundo Alonso, a OEA3 (Organização dos Estados Americanos), não cumpriu o papel de promover a cooperação e a solidariedade entre os países do continente, mas, ao contrário, funcionou como um mecanismo de alinhamento automático aos interesses norte-americanos. Alonso(nº01, set. 1974, p. 12), aborda “Hoje, a OEA é um "cadáver incômodo", apenas esperando para ser enterrada”. O autor também critica o comportamento interno da OEA. Ele descreve a instituição como burocratizada, ineficiente e dominada por oligarquias locais, sustentadas por governos autoritários ou elites corruptas que bloqueiam qualquer tentativa de transformação.

O texto “Apertura al bloque socialista (mayo de 1974)”, descreve a aproximação da Argentina peronista com os países do bloco socialista, essa iniciativa marcou o início de uma

política externa independente. Como afirma O'Donnell(1977) “Os acordos firmados com o bloco socialista ofereceram à Argentina uma oportunidade inédita de modernizar seus setores industriais básicos sem submeter-se às condicionalidades financeiras do Ocidente, permitindo maior autonomia econômica e política, fortalecendo a busca por uma política externa independente.

3.3 A VISÃO DE PERÓN NA TERCER MUNDO

Nas primeiras páginas da edição, o periódico dedica amplo espaço ao discurso de Juan Domingo Perón perante a Assembleia Legislativa, proferido na abertura do 90º período ordinário de sessões do Congresso Nacional, interpretando o pronunciamento presidencial como uma espécie de “carta de navegação” do justicialismo para o período de 1973–1974. A revista não se limita a reproduzir trechos do discurso, mas os analisa como expressão de continuidade do projeto revolucionário iniciado nas décadas de 1940 e 1950, reafirmando a centralidade da justiça social, da integração continental e da busca por autonomia diante das pressões externas.

Nesse sentido, observa-se que Perón (1974) compreendeu a *Tercer Mundo* como um espaço mediador entre o discurso oficial e um horizonte terceiro-mundista, reinterpretando o OEA é a Organização dos Estados Americanos, um organismo internacional criado para promover a cooperação política, econômica, social e cultural entre os países das Américas. peronismo como um movimento dotado de vocação internacionalista e anti-imperialista. Segundo Dalmas e Correa (2025), a “doutrina justicialista” constituiu o eixo ideológico do governo Perón e esteve diretamente vinculada ao princípio da justiça social que orientou suas ações políticas. Acrescentando que a valorização do justicialismo possibilitou o diálogo com as agendas do Terceiro Mundo, especialmente no que se refere às concepções anti-imperialistas e ao enfrentamento da dependência econômica, defendendo uma política externa autônoma, não alinhada aos blocos hegemônicos da Guerra Fria, expressando uma tarefa de libertação e união aos países terceiro-mundistas (Piacentini, n. 1, set. 1974, p. 22 -25).

No plano econômico, a revista publica, o discurso completo no qual o líder justicialista propõe um projeto de reconstrução nacional baseado na autonomia produtiva, acompanhado de uma crítica contundente às forças que, segundo ele, atuavam de forma colonialista e imperialista. A publicação destaca a passagem em que Perón afirma: “devemos produzir basicamente segundo as necessidades do povo da nação, e também considerando as necessidades de nossos irmãos da América Latina e do mundo como um todo” (*Tercer Mundo*, n. 1, set. 1974, p. 25). A partir dessa formulação, o periódico articula o peronismo ao discurso

terceiro-mundista, reafirmando-o como um projeto de integração econômica e política do Sul Global.

O discurso traz semelhanças com a leitura de Loris Zanatta (2010), para quem a ideia de nação no peronismo está associada à figura do líder capaz de articular um imaginário coletivo e sintetizar demandas sociais diversas. Reforçando a lógica, ao interpretar o projeto como expressão da unidade orgânica entre a sociedade argentina, caracterizando também o justicialismo.

Em sua abordagem sobre ciência, tecnologia e desenvolvimento, Perón apresenta-se como defensor de uma soberania integral, que só seria possível mediante autonomia técnicocientífica: “sem uma base científica-tecnológica própria e suficiente, a libertação também se torna impossível” (Perón, nº01, set. 1974, p. 25), dialoga diretamente com o pensamento terceiro-mundista, ao associar desenvolvimento nacional, capacidade científica autônoma e emancipação frente às pressões externas, reforçando o caráter estratégico da ciência e da tecnologia no projeto justicialista.

A *Tercer Mundo* (1974), amplifica essa mensagem ao integrá-la aos debates do Terceiro Mundo, aproximando a perspectiva peronista ao Movimento dos Não-Alinhados e da Nova Ordem Informativa Internacional. Assim, o discurso presidencial é interpretado como parte de uma estratégia mais ampla de reposicionamento da Argentina no cenário global.

No que diz respeito à organização social, Perón coloca em seu discurso a união da sociedade como um fundamento essencial para a elaboração do Projeto Nacional, articulação entre trabalhadores, empresários e intelectuais, esse processo de elaboração nacional terá que ser conseguido convergindo três bases ao mesmo tempo: o que os intelectuais formularem, o que o país quiser e o que for possível realizar de acordo com Perón (1973), ou seja caracterizando o Estado como mediador entre a sociedade.

Perón buscou construir um alinhamento estável entre as Forças Armadas e os setores populares, atribuindo ao Exército um papel estratégico no enfrentamento do neocolonialismo e na defesa da soberania nacional. Essa concepção, presente desde os anos 1940, reapareceu de forma explícita no contexto do retorno peronista nos anos 1970, quando o líder justicialista reafirmou a necessidade de superar o histórico distanciamento entre povo e instituições militares. Conforme analisa Altamirano (2001), o peronismo concebeu as Forças Armadas como parte de um projeto nacional-popular, capazes de atuar como agentes do desenvolvimento e da integração social, e não apenas como instrumentos repressivos.

Na abertura do 90º período ordinário de sessões do Congresso Nacional da Argentina, em 1º de maio de 1954, o discurso presidencial destacado pela revista reafirma a trajetória de

Juan Domingo Perón ao lado dos trabalhadores e recupera a retórica inaugurada em 1945, especialmente a defesa da chamada “terceira posição”. Apresentada como uma alternativa ao capitalismo e ao socialismo, essa concepção projeta a Argentina como parte ativa do Terceiro Mundo e enfatiza a necessidade de integração continental e cooperação entre os povos. Tal perspectiva fica evidente quando Perón afirma que

As massas do Terceiro Mundo se levantaram, e as nações e povos até agora postergados passam a um primeiro plano. A hora dos localismos cede lugar à necessidade de continentalizarmo-nos e de marchar rumo à unidade planetária. Felizmente, este tempo que nos toca viver e do qual somos protagonistas inevitáveis, nos encontra, argentinos, unidos como nas épocas mais fecundas da nossa história. É um verdadeiro milagre podermos agora dialogar e discordar entre nós, pensar de maneira diferente e estimar como válidas distintas soluções, tendo chegado à conclusão de que, acima dos desencontros, nos pertence igualmente a sorte da Pátria, na qual está contida a sorte de cada um de nós, em seu presente e em seu porvir. (Perón, n.º 01, set, p. 24, tradução nossa).

Assim, o terceiro governo peronista revela-se como uma tentativa de atualizar o ideário justicialista em condições de crise estrutural do capitalismo argentino.

Um dos eixos do pensamento de Juan Domingo Perón foi a defesa do protagonismo do Terceiro Mundo. Em meio à bipolaridade da Guerra Fria, o peronismo propôs uma via autônoma, distante dos blocos capitalista e socialista, aproximando-se do espírito de Bandung e dos princípios que dariam origem ao Movimento dos Países Não-Alinhados, ainda que com características próprias.

Como afirmava o próprio Perón (1974), a chamada terceira posição não se confundia com o neutralismo, mas constituía uma afirmação ativa da soberania dos povos frente aos imperialismos que dividiam o mundo. Nessa perspectiva, sua concepção de democracia ultrapassava o mero formalismo eleitoral, aproximando-se de uma crítica estrutural à incapacidade das elites latino-americanas de promover uma democratização efetivamente substantiva, conforme analisa Fernandes (1972).

Ao incorporar trabalhadores e corpos intermediários sindicatos, associações profissionais, organizações de base Perón buscava reorganizar a representação política, processo que, segundo German Albuquerque, visava, explicar, as ideias terceiro-mundistas configurou uma possibilidade de emancipação popular, valorizando os trabalhadores concentrando em unificação ideológica. Nesse sentido, o autor aborda que

A intelectualidade em termos gerais passou a ser anti-imperialista (e nacionalista) e revolucionária, apoiando o movimento popular (pretendia se aproximar ou pertencer ao povo) e a luta anticolonial (vocação, digamos, terceiro-mundista) [...] (Albuquerque, 2013, p. 216).

Expressando uma sensibilidade terceiro-mundista, que articulava a produção intelectual às demandas populares e à crítica da ordem internacional dominante, vinculando cultura, política e projetos de emancipação.

3.4 A CONSTRUÇÃO DE UMA BASE OPERÁRIA

A ascensão do peronismo, estreitamente vinculada ao sindicalismo, possibilitou o fortalecimento das organizações de trabalhadores, que se consolidaram como uma das colunas vertebrais do governo de Perón (Silva, 2016). Observa-se que, ao mobilizar amplos setores populares, Perón ampliou sua base de apoio e estruturou a classe trabalhadora como um ator político central, transformando o peronismo em uma das forças sociais e políticas mais expressivas da América Latina.

Na penúltima seção da edição de nº03, o autor Gabriel Ross (1975), introduz que os debates ligados ao terceiro mundo não podem ser desvinculados da análise dos sindicatos. Seguindo com o editorial, o industrialismo segue como uma locomotiva para as tomadas das primeiras organizações sindicais. os teares manuais foram substituídos décadas depois pelos mecânicos.

A cidade de Buenos Aires concentrou as primeiras ondas de industrialização, processo que, como analisa Silva (2016), foi impulsionado por inovações técnicas introduzidas por engenheiros e mecânicos, capazes de aprimorar máquinas e, conseqüentemente, transformar a forma de operação das fábricas e oficinas. Nesse sentido, Hobsbawm (2009) destaca que a industrialização esteve diretamente associada à expansão do uso de máquinas e à reorganização da produção, especialmente no setor têxtil, com o algodão desempenhando papel central. Tal dinâmica contribuiu para a formação de uma classe operária composta não apenas por trabalhadores urbanos, mas também por amplos contingentes oriundos do meio rural e da imigração estrangeira. No caso argentino, Halperín Donghi (1972) reforça que esse processo foi marcado por uma intensa migração interna do interior em direção aos centros urbanos, fenômeno amplamente mobilizado no discurso peronista a partir de 1945.

Para Cattaruzza (2005), o crescimento demográfico, a urbanização e a mudança nos hábitos de consumo favoreceram o surgimento de indústrias voltadas ao mercado interno. Esses setores absorveram mão de obra, formaram novos grupos sociais urbanos e contribuíram para a transformação da estrutura social argentina.

Como observa Romero (2001, p. 176), a cidade cresceu mais rapidamente que o país, e sua população se transformou antes que a estrutura produtiva pudesse absorvê-la. Essa

desproporção entre o avanço demográfico e o ritmo da industrialização criaria tensões sociais e novas formas de organização do trabalho.

Censo nacional de 1895 registrava as principais profissões manuais da seguinte forma: costureiras, 120 mil; tecelões, 40 mil; pedreiros, 38 mil; carpinteiros, 28 mil; maquinistas, 28 mil; e gráficos, 4.200. A maioria, no entanto, era de trabalhadores artesanais; os assalariados somavam 72.671 (nº03, abr., 1975, p. 70 e 71)

A Argentina experimentou um salto populacional e urbano sem precedentes, na sociologia, deu-se o nome de “operários novos” responsável por esse fluxo migratório interno e responsável pelo efeito avassalador das atitudes populistas frente aos discursos peronista (Germani, 1973). Colaborando com Ross (1975), aponta que a base da ascensão peronista se deu pela vinda de trabalhadores rurais, fornecendo um novo cenário social na argentina.

Nas linhas seguintes é apresentado a estruturação como da imigração em dois períodos,

No primeiro (1857–1880), o Estado promoveu a imigração com o objetivo de povoar o campo e desenvolver a agricultura[...]. O segundo período (1880–1914) caracterizou-se por uma imigração massiva, impulsionada tanto pelas promessas dos governos argentinos quanto pela miséria, o desemprego e a perseguição política nos países de origem, sobretudo na Europa (Ross, 1975, p. 71).

Rodriguez(2006), destaca também, que as mudanças estruturais na Argentina, impulsionadas pela diversificação da produção industrial, transformaram profundamente a sociedade, acelerando a urbanização e a formação de novos setores sociais urbanos. Segundo o autor, a ascensão de Perón ao poder ampliou a participação política dos trabalhadores, incorporando-os às decisões governamentais e fortalecendo sua presença nos sindicatos, o que consolidou um vínculo direto entre o Estado e as classes populares e remodelou a dinâmica social e econômica do país.

Nas linhas seguintes Ross (nº03, abril, 1975, p. 72 a 73), indica na subseção da publicação sobre a população ativa “com as estimativas correntes indicam que a população ativa representa 38% do total da população cerca de 9,12 milhões de pessoas. Desse total, 67% pertencem ao setor assalariado e menos de 0,4% ao setor patronal”, evidenciando dados sobre a população crescente na argentina com uma construção urbana marcante.

Diante do quadro socioeconômico, a organização sindical ficou mais facilitada para organizar, Perón tentou dar-lhe os impulsos, em sua última mensagem ao Parlamento Nacional, em 1º de maio de 1974, Perón expressou com clareza essa visão global e integradora:

As rosas do Terceiro Mundo se puseram de pé e as nações e povos até agora postergados passam a um primeiro plano. A hora dos localismos cede lugar à necessidade de nós continentalizar e de marchar rumo à unidade planetária. (Perón, nº 01, set., p.73, tradução nossa).

A partir dessa concepção, Perón convocou os líderes sindicais a impulsionar a unidade sindical latino-americana, pois a organização sindical apresenta-se como um elemento

indispensável, criando uma estrutura sólida e essencial para articular os interesses vindos das bases operárias com aqueles que decorriam dos setores dominantes tradicionais (Etulain, 2005). Abordando que a organização sindical era fundamental e com o discurso apresentava ares de possibilidades os setores populares.

É observável na publicação aparato sindical peronista converteu-se, ao longo do século XX, em uma das estruturas operárias mais poderosas do mundo ocidental, superada apenas pelas centrais europeias (Ross, 1975).

Ao decorrer da publicação é discutido, o movimento operário argentino formando-se a partir da década de 1860, profundamente influenciado pela imigração europeia. As primeiras organizações, como a União Tipográfica (1877–1879), por grupos e partidos políticos construindo um espaço de lutas da classe trabalhadora.

O predomínio de anarquistas e socialistas na condução sindical das primeiras décadas do século XX revela a forte influência das correntes ideológicas europeias entre os trabalhadores imigrantes (Etulain, 2005). Nesse contexto, a fundação da Confederação Geral do Trabalho (CGT), em 1930, representou um marco decisivo na tentativa de unificar um movimento historicamente fragmentado por disputas doutrinárias e rivalidades entre federações.

Por fim, acrescenta sobre a morte do líder sindical, expressando o sentimento de instabilidade, Ross (nº03, abril, 1975, p.75) “A sucessora não conseguiu articular uma política de transformações que sustentasse o esforço iniciado com o Pacto Social e o congelamento dos salários.”

Vinculando o cenário político futuramente com queda de poder do governo peronista, apresentando perseguição sistemática a militantes juvenis, operários e organizações ligadas à esquerda peronista evidenciou não apenas um processo de radicalização interna, mas também a incapacidade do governo de construir um pacto político capaz de estabilizar o país em meio à escalada de violência. Reafirmado por Bissio (2015), no qual sustenta a futuro da Argentina que posteriormente iria vivenciar um golpe de Estado por grupos paramilitares, particularmente a Aliança Anticomunista Argentina, com a tentativa de romper com o laço peronista.

3.5 A CRISE DA VERTICALIDADE PERONISTA

No ano de 1974, seguiu-se uma tentativa de preservar a identidade do movimento mediante o recurso de manter em pé a verticalidade política e social estruturada na autoridade de Juan Pablo Perón. (Giussani, nº05, 1975, p. 73).

A crise político-econômica se agravou no governo de Isabel Perón, especialmente após o fracasso do Plano Rodrigo, que gerou inflação acelerada, queda salarial e o rompimento com o sindicalismo. A própria Confederação Geral do Trabalho, decretou a primeira greve geral contra um governo peronista, fato que sintetiza a ruptura interna: “decretou a primeira greve geral, contra um governo cujo titular leva o sobrenome Perón” (Giussani, nº05, ago., 1975, p. 76). Assim, a morte de Perón desfez o equilíbrio precário que sustentava o justicialismo e abriu espaço para a ruptura institucional que precedeu o golpe de 1976.

Terragno (1975) vincula essa crise à incapacidade histórica das elites argentinas de formular um projeto nacional autônomo, argumentando que “a miopia de suas classes dirigentes mergulhou o país em uma crise que se arrasta há anos” (Terragno, nº05, ago., 1975, p. 70). Com a morte de Perón, desapareceu também o último fator de equilíbrio do movimento, deixando Maria Estela, politicamente isolada e cercada por grupos incapazes de governar “o grupo que a cercava só poderia conduzir o governo ao colapso” (Terragno, 1975, nº05, ago., p. 71).

Na última publicação de nº 07, realizada no seio de Buenos Aires, Avalo (1975) segue 46 compreendendo o processo de continuidade para a crise. “Argentina de Gelbard a Cafiero”, Carlos Ávalo examina a política econômica do terceiro governo peronista (1973–1976) como resultado das tensões internas do justicialismo.

O pacto social desmoronou, e a coalizão justicialista perdeu sua capacidade de mediação, abrindo uma disputa aberta entre burguesia nacional, oligarquia rural, burocracia sindical e capital estrangeiro. Como, sem Perón “o pacto tornou-se inviável”, e a pressão dos grupos dominantes acelerou o desmonte do projeto reformista (Avalo, nº 07, 1975, p. 95).

A guinada foi aprofundada por Celestino Rodrigo, cujo o Rodrigazo, promoveu forte desvalorização, liberação de tarifas e queda abrupta do salário real, simbolizando “a restauração do poder do grande capital e da burguesia latifundiária” (Avalo, 1975, nº07, out., p. 95). A resistência da classe operária com a crise acabou sendo capitalizada pelas tendências antitrabalhistas do peronismo e pelos militares, que ganharam espaço político depois que a fração liberal do Exército desmontou o projeto de convergência entre o nacionalismo e o verticalismo. (Avalo, 1975, out, nº07, p. 95).

A análise de Ávalo converge com Romero (2002) o colapso do justicialismo não resultou apenas de erros de gestão, mas expressou a crise estrutural de um movimento incapaz de articular trabalhadores, burguesia nacional e capital financeiro. Esse esgotamento abriu caminho para o golpe de 1976 e para a implantação de uma nova ordem econômica liberal, sustentada pela repressão e pela financeirização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, analisamos a circulação e a reinterpretação do peronismo a partir do editorial da revista *Tercer Mundo* (1974), publicada no interior da Argentina durante um período marcado tanto pelo retorno de Juan Domingo Perón ao poder no seu terceiro governo quanto pela presença de uma vasta rede intelectual latino-americana exilada em Buenos Aires. A revista emerge, assim, como um espaço privilegiado de elaboração política, no qual os peronismos são lidos sob a ótica do terceiro-mundismo, da luta anti-imperialista e da construção de novas formas de articulação informativa no Cone Sul.

A partir do levantamento bibliográfico e da análise dessa fonte primária, foi possível identificar o engajamento explícito dos editores com o ideário peronista, especialmente no que se refere ao justicialismo como doutrina de conciliação social e de soberania nacional. Os editoriais mostram como a figura de Perón é mobilizada não apenas como liderança política, mas como símbolo de um projeto de autonomia continental, alinhado ao Movimento dos Países Não-Alinhados e às propostas de reorganização da comunicação internacional divulgadas nos debates sobre a Nova Ordem Informativa Internacional (NOII). Os colaboradores da revista compartilhavam experiências semelhantes de deslocamento e perseguição política, uma vez que, na década de 1970, o Cone Sul foi marcado por sucessivos golpes militares e pelo endurecimento repressivo. Assim, a *Tercer Mundo* funcionou como um canal por meio do qual esses grupos expressaram projetos de integração regional, denunciaram o colonialismo informativo e defenderam uma comunicação capaz de representar a complexidade social e política da América Latina, incorporando o trabalho de Bissio(1983) sobre o objetivo da revista no qual procuravam formular alternativas de comunicação e de poder que rompessem com a lógica de dependência imposta pelas potências centrais.

No contexto argentino especificamente, a revista construiu um discurso que vinculava a crise nacional à dependência econômica e cultural. Dessa forma, a *Tercer Mundo* incorporou e difundiu uma versão do peronismo profundamente imbricada com o terceiro-mundismo,

articulando ideias de soberania, justiça social e comunicação alternativa. Essa articulação evidencia como os intelectuais exilados transformaram a revista em um instrumento de resistência e de imaginação política, projetando a Argentina peronista como eixo de um projeto continental de renovação informativa e emancipação nacional. Entre os elementos observados ao longo da análise do periódico, destaca-se que a produção da *Tercer Mundo*(1974), esteve profundamente condicionada pelas experiências, trajetórias e perspectivas políticas de seus colaboradores.

Cada editor, marcado pelo contexto do exílio, pelas violências das ditaduras do Cone Sul e pela busca de novos horizontes políticos, contribuiu para moldar uma leitura própria do peronismo, frequentemente alinhada à defesa de um projeto nacional autônomo, tal como proposto por Juan Domingo Perón. Nesse sentido, a revista reafirma continuamente a necessidade de um Estado capaz de formular políticas soberanas, romper com a dependência externa e liderar processos de integração regional. À medida que os acontecimentos políticos se intensificavam na Argentina, especialmente após a morte de Perón, os editoriais da revista passaram por transformações significativas. O periódico, que inicialmente enfatizava o potencial mobilizador e continental do justicialismo, gradualmente passou a assumir um tom mais crítico e analítico diante do governo de María Estela Martínez de Perón.

Os textos refletem preocupações crescentes com a crise institucional, a violência política, a repressão promovida por grupos opositores ao governo pela incapacidade de manter a unidade nacional projetada pelo líder peronista. Ao mesmo tempo, a revista preservou o compromisso com uma visão terceiro-mundista e anti-imperialista, articulando as crises nacionais às dinâmicas mais amplas da dependência latino-americana e da disputa por uma nova ordem informativa internacional.

Assim, a *Tercer Mundo*(1974), constituiu-se não apenas como instrumento de divulgação do ideário peronista, mas também como espaço de debate crítico, reflexão política e formulação de alternativas. Seu legado revela a complexidade do peronismo no contexto dos anos 1970, mostrando como o movimento conseguia, simultaneamente, inspirar projetos continentais e enfrentar profundas tensões internas. Ao final, o periódico se afirmou como testemunho intelectual da época e como registro privilegiado das disputas, esperanças e contradições que marcaram a Argentina e a América Latina naquele período histórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBURQUERQUE, Germán. **O terceiro-mundismo no campo cultural argentino: uma sensibilidade hegemônica (1961-1987)**. Revista Tempo, v. 19, n. 35, p. 211-228, 2013.

ALTAMIRANO, Carlos. **Peronismo y cultura de masas**. Buenos Aires: Ariel, 2011.

ANAIS DO II SIMPOSIO INTERNACIONAL PENSAR E REPENSAR A AMÉRICA LATINA, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016. Disponível em: https://sites.usp.br/prolam/wpcontent/uploads/sites/35/2016/12/Silva_IISimp%C3%B3sioInternacional-Pensar-e-Repensar-a-Am%C3%A9rica-Latina.pdf. Acesso em: 12 de set. 2025.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BASCHETTI, Roberto. **Tercer mundo y tercera posición: desde sus orígenes hasta nuestros días**. Buenos Aires: Jeronesdemvida, 2015. Disponível em: <https://archive.org/details/tercermundoyterc0000unse/page/6/mode/2up>. Acesso em: 19 dez. 2022.

BARRY, Carolina. **Las otras primeras damas en la Argentina peronista: Elena Caporale de Mercante**. Confluente, Bologna, v.8, n. 1, p. 198-214, 2016

BISSIO, Beatriz. **A imprensa alternativa na América Latina**. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

BISSIO, Beatriz. **Bandung, Não Alinhados e Mídia: o papel da revista “Cadernos do Terceiro Mundo” no diálogo Sul-Sul**. Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, v. 4, n. 8, p. 21-42, 2015.

BORGES, Maria de Fátima. **Peronismo e justiça social: origens e desdobramentos**. São Paulo: Contexto, 2018.

CAMPOLINA DE SÁ, Eduardo. **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e história no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. São Paulo: Papirus; Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CATTARUZZA, Alejandro. **Historia de la Argentina(1916-1955)**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores S.A., 2009.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. 1. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

DALMÁS, Carine; CORRÊA, Gabriel. **(Cuadernos del) Tercer Mundo: projeto editorial e debate sobre o papel da comunicação no Terceiro Mundo (1974-1979)**, 2025.

DE LUCA, Tânia Regina. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

ETULAIN, Carlos Raul. **Peronismo e origem dos operários na Argentina**. Estudos de Sociologia, Araraquara, p. 163-176, 2005

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Editora Nacional, 1972.

GERMANI, Gino. **Política y sociedad en una época de transición**. Buenos Aires: Paidós, 1962.

MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial, 2001.

MARQUES, Ivana Aparecida da Cunha; SILVA, Bruno Sanches. Mariante. **La razón de mi vida: Eva Perón e o protagonismo político por meio do discurso da coadjuvação**. Antíteses, Londrina, v.14, n. 27, p. 450-480, jan-jun. 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/10099769.pdf>. Acesso: 04 de nov. 2025

MORAES, D. de; RAMONET, I.; SERRANO, P. **Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MURMIS, Miguel; PORTANTIERO, Juan Carlos. **Estudios sobre los orígenes del peronismo**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1971.

NEIBURG, Federico. **Los intelectuales y la invención del peronismo**. Buenos Aires: Alianza, 2002.

O'DONNELL, Guillermo. **Estado e alianças de classe na Argentina (1956-1976)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, Erika Samara Martins de. *Revista Tercer Mundo: redes intelectuais e a construção de uma Nova Ordem Informativa Internacional a partir da América Latina (1974-1975)*. Orientador: Carine Dalmás. 2024. 66pgs. Monografia, História Licenciatura, História, Universidade Estadual do Maranhão, São Luis. 2024. Disponível em: <https://repositorio.uema.br/bitstream/123456789/5057/1/MONOGRAFIA%20-%20ERIKA%20SAMARA%20MARTINS%20DE%20OLIVEIRA.pdf>. Acesso em: 03, abril de 2025.

PERÓN, Juan Domingo. **La Comunidad Organizada**. Buenos Aires: Peuser, 1949.

PERÓN, Juan Domingo. **La Comunidad Organizada**. Buenos Aires: Peuser, 1950. Disponível em: <https://bcn.gob.ar/uploads/Peron-comunidad-organizada.pdf>. Acesso em: 02 set. 2025.

PRADO, Maria Lígia Coelho. **A democracia ilustrada: o Partido Democrático de São Paulo (1926-1934)**. São Paulo: Ática, 1981.

PRASHAD, Vishay. *Uma história popular do Terceiro Mundo*.

PLOTKIN, Mariano Ben. **Maquinaria política peronista: 1946-1955**. Buenos Aires: Edhasa, 2003.

RODRIGUEZ, Maria Victoria. **Peronismo: Movimento Popular Democrático, ou populismo autoritário? (1945-1955)**. HISTEDBR, Campinas, 2006. Disponível em:

<https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos/peronismo-movimento-popular-democratico-ou-populismo-autoritario-1945-1955>. Acesso: 02 de nov. 2025

ROMERO, Luis Alberto. **Breve historia contemporánea de la Argentina**. 2. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1999.

ROMERO, José Luis. *Las ideas políticas en Argentina*. 6. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1976.

ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

SARLO, Beatriz. **Intelectuales y revistas culturales: 1920–1950**. Buenos Aires: Ariel, 1992. Disponível em: <https://ahira.com.ar/wp-content/uploads/2018/08/Sarlo-Intelectuales-y-revistas.pdf>.

SEBRELI, Juan José. **El asedio a la modernidad**. Buenos Aires: Sudamericana, 1971.

SENA, Maristela. **Em nome de Neiva Moreira**. Inovação, nº33, p. 10, 2017. Disponível em: 51 https://revista.fapema.br/wp-content/uploads/2024/10/Revista-Inovacao_33.pdf. Acesso em: 15 de out. 2025

TERCER MUNDO. Tercer Mundo. Buenos Aires (Argentina): La Línea, v. 1, set. 1974. Mensal.

TERCER MUNDO. Buenos Aires (Argentina): La Línea, v. 2, fev. 1975. Mensal.

TERCER MUNDO. Buenos Aires (Argentina): La Línea, v. 3, abr. 1975. Mensal.

TERCER MUNDO. Buenos Aires (Argentina): La Línea, v. 5, ago. 1975. Mensal.

TERCER MUNDO. Buenos Aires (Argentina): La Línea, v. 7, out. 1975. Mensal.

TORRES, João Camilo de Oliveira. **O positivismo no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1933.

VISENTINI, Paulo Fagundes. “**Editorial: Terceiro Mundo ou Sul Global?**”, Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, Rio Grande do Sul, v. 4, n. 8, p.7-8, jul./dez. 2015

WASSERMAN, Cláudia. **O feitiço da modernidade: imprensa e cultura de massa no Rio de Janeiro (1900-1930)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

ZANATTA, Loris. **El peronismo: de la crisis mundial a la globalización**. Buenos Aires: Sudamericana, 2016.